III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103575193](#) | Despacho Autorizatório

PROCESSO Nº 6013.2024/0003751-0

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **PAULO MIRANDA DE FARIA**, inscrito(a) no CPF sob nº **088.622.718-67**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103721471](#) | Despacho Autorizatório

PROCESSO Nº 6013.2024/0003758-7

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **SONIA MARLI GOMES CAMPOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **319.514.998-24**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103576562](#) | Despacho Autorizatório

PROCESSO Nº 6013.2023/0006620-8

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ROSANA EL REAIDI ELIAS**, inscrito(a) no CPF sob nº **124.868.368-45**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103721911](#) | Despacho Autorizatório

PROCESSO Nº

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **DANIELA APARECIDA SANTINI ROS**, inscrito(a) no CPF sob nº **153.292.768-10**, no valor de **RS 4.640,00 (quatro mil seiscentos e quarenta reais)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

PROCESSOS COM PENDÊNCIAS DE DOCUMENTAÇÃO

Documento: [103613876](#) | Despacho indeferido

Despacho Indeferido

Interessado(a): KATIA REGINA HALLER

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as informações constantes no SEI nº [103613670](#), e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 14.141/2006 e o inciso II do artigo 56 do Decreto nº 51.714/2010, **INDEFIRO POR ABANDONO** a solicitação feita no processo 6013.2023/0000287-0 em nome de KATIA REGINA HALLER.

II - Publique-se e informe o(a) interessado(a).

Documento: [103603764](#) | Despacho indeferido

Despacho Indeferido

Interessado(a): Marcos Antônio de Souza

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as informações constantes no SEI nº [103603432](#), e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 14.141/2006 e o inciso II do artigo 56 do Decreto nº 51.714/2010, **INDEFIRO POR ABANDONO** a solicitação feita no processo 6013.2023/0006593-7 em nome de Marcos Antônio de Souza.

II - Publique-se e informe o(a) interessado(a).

Documento: [103612566](#) | Despacho indeferido

Despacho Indeferido

Interessado(a): ROBERTO FERRAZ

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as informações constantes no SEI nº [103612254](#), e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 14.141/2006 e o inciso II do artigo 56 do Decreto nº 51.714/2010, **INDEFIRO POR ABANDONO** a solicitação feita no processo 6013.2022/0002740-5 em nome de ROBERTO FERRAZ.

II - Publique-se e informe o(a) interessado(a).

COORDENADORIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Documento: [102817695](#) | Despacho Prejudicado

Interessado: Global Sites Participações e Empreendimentos Ltda.

Assunto: Permissão

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no processo SEI nº **6013.2023/0000951-4** em especial as manifestações de SEGES/CGPATRI ([101319262](#)) e da CGPATRI-SAP ([101476861](#)), a qual acolho, declaro PREJUDICADO o pedido de permissão de uso de área situada na Av. Condessa E. de Robiano, 5120, Jd. América da Penha, formulado pela Global Sites Participações e Empreendimentos Ltda, com fundamento no artigo 35 da Lei nº 14.141/2006 e artigo 70 do Decreto nº 51.714/2010, pela perda do objeto.

II - Publique-se;

São Paulo, 17 de maio de 2024.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário I CGPATRI

Secretaria Municipal de Gestão I SEGES

RF: 782.380.1

COORDENADORIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

Documento: [103755827](#) | Despacho Autorizatório

PROCESSO: 7810.2024/0000695-4

Interessado(a): São Paulo Urbanismo (SP URB)

Objeto: Aparelhos purificadores de água Aquisição ou contratação adicional

DESPACHO

I - À vista dos elementos contidos no presente, especialmente as manifestações da Divisão de Gestão de Atas de Registro de Preços — DGARP em doc. SEI [103651045](#), com fundamento no Decreto 56.144/2015 e no art. 3º, inciso III, da Portaria nº 32/SEGES/2022, **AUTORIZO** a utilização da Ata de Registro de Preços nº 001/SEGES-COBES/2023, cujo objeto é o serviços de locação, instalação e manutenção de aparelhos purificadores de água, e tem como detentora a empresa Brazon Maxfilter Indústria e Locação de Purificadores de Água Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.114.027/0001-80, pela São Paulo Urbanismo - SP URB, na condição de órgão participante, para aquisição de contratação adicional/aquisição de 01 (um) aparelho(s) purificador(es) de água, pelo prazo de 12 meses, não previstos anteriormente.

II - Publique-se, após encaminhe-se à SEGES/COBES/DGASS/DGARP/Atas, para prosseguimento.

COORDENADORIA DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR

Documento: [103643567](#) | Despacho

DESPACHO

INTERESSADA: INSTITUTO CEM

SEI nº **6013.2024/0002339-0** - QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE E INSCRIÇÃO NO CENTS

I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial a manifestação da Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor da Secretaria Municipal de Gestão - SEGES/COPATS (doc. SEI [103626130](#)), **INDEFIRO**, com fundamentos no art. 24, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 14.141/06 c/c o art. 7º, §3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 52.858/11, o pedido de qualificação como Organização Social - OS - na área da saúde, formulado pela pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "INSTITUTO CEM", inscrita no CNPJ sob o nº 12.053.184/0006-41.

II - **PUBLIQUE-SE**. Após, restitua-se à Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor - COPATS para providências pertinentes, aguardando-se o prazo de 15 (quinze) dias para eventual interposição de recurso, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/06.

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [103818385](#) | Ata de Reunião

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH 8º Gestão

Data da Reunião: **02 de abril de 2023**

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos dois dias do mês de abril do ano 2024, às 14h00, nas dependências nas dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB) Aginaldo da Silva França (ANESP) Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP) Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) **Convidados (as) presentes:** Denise Vitoria Brito Mesquita Santos (SEHAB) Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB) Maksuel José da Costa (Conselheiro CMH- Instituto Social Minha Heliópolis) Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH) Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH) Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB) Fabiano Colussi (COHAB) Irené Suguyama (SEHAB/DIF) Sérgio Oliveira (COHAB) Daniel Souza (COHAB) Emerson Luiz dos Santos (COHAB) Walter Zerbinatti Junior (COHAB) Alfredo Eduardo dos Santos (COHAB) Ricardo Cabral Leal (COHAB) Hugo Louro (COHAB) Dulce Santana (Taquiografia) **Entre outros Conselheiros (as) ausentes (justificaram ausência):** Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo) **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira (SEHAB) João Cury Neto (COHAB) Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEOP) Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão Executiva Ordinária do CMH de 12/12/2023. **Item 2 -** Solicitação de Voto CECMH nº 13/2024 - Aprovação para aceite de recebimento de área de 17.404,57 m². Tal área será incluída em processo de desapropriação promovida pela COHAB-SP, e será doada pela proprietária IURD por intermédio da renúncia a quaisquer valores a si devidos a título de indenização no tocante a tal processo, cumprindo-se assim compromisso firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, a qual será destinada para construção de unidades habitacionais de interesse social, por meio de Programa de Provisão do Município. **Item 3 -** Solicitação de Voto CECMH nº 14/2024 - Aprovação da Prestação de Contas do FMH - 2º Semestre de 2023. **Item 4 -** Solicitação de Voto CECMH nº 15/2024 - Aprovação do Plano de Investimentos do FMH para o exercício de 2024. **Item 5 -** Solicitação de Voto CECMH nº 16/2024 e Voto CECMH nº 18/2024 - Autorização e Anuência para que os Empreendimentos Conjunto Residencial Parque do Gato e Olárias sejam desvinculados do Programa de Locação Social para devida comercialização, com fim da transitoriedade. (COHAB/SP). **Item 6 -** Informes sobre o Novo Edital de Credenciamento. **Item 7 -** Devolutiva das Solicitações dos Conselheiros pela equipe técnica/Jurídica da SEHAB/COHAB-SP. **7.1 -** Proposta de vinculação de áreas públicas/privadas por meio de edital de convocação - Conselheiro Maksuel José Costa. **7.1.1 -** Ciência da liberação do Pleno sobre o pleito do Conselheiro Maksuel José Costa.- Solicitação de Voto CECMH nº 17/2024. **7.2 -** Proposta de inclusão de famílias em atendimento habitacional definitivo no Projeto Conjunto City Piratuba na 1ª fase ou em outros projetos de imediato atendimento - Conselheira Vera Eunice Rodrigues da Silva. **7.3 -** Proposta de inclusão das famílias

remanescentes dos Edifícios São Vito e Mercúrio em programa de Auxílio Aluguel - Conselheira Vera Eunice Rodrigues da Silva. **7.4** - Proposta de Devolução pela COHAB - SP/FMH das glosas pretéritas e futuras, para as Entidades do Programa Pode Entrar - Conselheira Maria de Fátima dos Santos. **7.5** - Contrato de Financiamento - Aposentado Valdir Alves Sena - Acordo SPDA - Conselheira Maria de Fátima dos Santos. **Item 8** - Outros Assuntos. **Início Reunião: Sr. Sidney:** Nosso primeiro item, como sempre de praxe na pauta, é a aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH, realizada em 12 de dezembro de 2023. Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados como estão. Então, registre-se que foi feita a aprovação da ata de 12 de dezembro por unanimidade. Bom, sigamos aqui, então, com a relação item 2 da pauta. Vou ler aqui e depois eu passo a palavra para a Kátia, que ela vai fazer uma apresentação para nós, ok? É a solicitação de voto de nº 13 de 2024, trata da aprovação para aceite de recebimento de uma área de 17.404,57 m². Tal área será incluída em processo de desapropriação promovido pela COHAB e será doada no processo de desapropriação promovido pela COHAB e será doada pela proprietária IURD por intermédio da renúncia a quaisquer valores assim devidos a títulos de indenização no tocante a tal processo. Cumprindo-se assim o compromisso firmado em um termo de ajuste de conduta, a qual será destinada para a construção de unidades habitacionais de interesse social por meio do programa de provisão do município. Nesses termos, eu passo aqui a palavra para a Kátia, que vai fazer uma apresentação para nós, ocasião que eu peço a atenção dos senhores. Muito obrigado. **Sra. Kátia:** Vou fazer uma introdução enquanto o pessoal desce com a planta. Ocorre que, em um determinado momento, passou por este Conselho Municipal de Habitação a doação de uma área para a compensação urbanística de uma construção em Zens III, em 2018, se não me engano. Isso foi passado, houve aprovação unânime dos presentes, houve essa autorização do Conselho Municipal de Habitação no pleno dizendo que haveria possibilidade de doação dessa área. No meio do caminho, aconteceram alguns problemas durante esse processo. E a Igreja Universal do Reino de Deus, e essa sigla IURD aqui que vocês viram, ela teve que fazer algumas remediações nesse terreno, teve que promover algumas coisas, alguns trabalhos nesse terreno para que houvesse a viabilidade real de doação dessa área. E isso ocorreu de fato. A igreja instalou os hotspots, porque essa área tinha indícios de contaminação. Ela fez toda a investigação ambiental, procedeu toda a parte de descontaminação do perímetro onde serão implantadas as unidades habitacionais. Além da descontaminação, ela precisava avançar os hotspots num pedaço do terreno e ela teve um problema com o proprietário anterior da área, porque ele ocupa parte do terreno que pertence à igreja, que foi adquirido por ela e não queria dar emissão na posse. O que eles tiveram que fazer? Entrar com uma ação contra o antigo proprietário pedindo a emissão de posse, pedindo para que essa área viesse definitivamente para a igreja. Isso aconteceu, essa sentença foi de dezembro de 2022, só que o juiz condicionou isso a uma perícia judicial e, no decorrer do ano de 2023, essa perícia aconteceu e eles conseguiram demarcar isso de que aquela área de 17.404 metros pertencia à igreja e que ela tinha posse desse pedaço do terreno. Por que eu estou trazendo isso para vocês hoje? A igreja tem essa condicionante principal para cumprimento do termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público. E eles não conseguiriam cumprir esse ajustamento de conduta porque haveria necessidade de uma retificação dessa matrícula. Eles precisavam retificar essa matrícula, mas como que eles iriam retificar se o antigo proprietário não dava a emissão na posse? O nosso jurídico, tanto de COHAB quanto de SEHAB, o Procurador, nosso Chefe, propôs que nós fizéssemos uma desapropriação. E essa desapropriação regularizaria a base fundiária da matrícula. E o que a igreja vai fazer? Renunciar à indenização a título de doação. Vocês estão conseguindo entender? A desapropriação vai ser de uma área maior, porque existe uma área de interesse maior para o município. Vai ser implantado um viário naquele mesmo... Não no terreno, porque o terreno vai ser destinado à construção exclusiva de habitação de interesse social. A igreja contratou um projeto de 1.202 unidades. Então, existe lá um coeficiente de aproveitamento, porque a área também é ZEIS III, lá o coeficiente de aproveitamento é quatro, e cabem cerca de 1.200 unidades habitacionais só no perímetro da igreja. Uma área extremamente importante, fica ali na Ulisses Cruz, uma travessa da Avenida Salim Farah Maluf. E essa proposta foi feita justamente para que conseguíssemos o cumprimento desse termo de ajustamento de conduta. A gente diz Igreja, Poder Público, porque o Poder Público também está envolvido nesse processo, e nós precisamos regularizar a base fundiária dessa matrícula. E a regularidade vai vir pós desapropriação. Vocês estão entendendo? E a Igreja já renunciou ao valor que seria indenizado por ela, porque o que ela teria que fazer? Doar. Então, se vou doar, não posso receber nada. Tenho que entregar o terreno livre e desimpedido. Então, ela renuncia à indenização dentro desse processo de desapropriação que está em andamento lá por COHAB. O Nilson, inclusive, que está tocando esse processo. **Sra. Vera:** Uma pergunta era onde que era essa área. Terreno sempre é bom, não é, gente? E essas 1.200 unidades que vão ser construídas, quem que vai ser essa demanda? **Sra. Kátia:** Então, Verinha, o que vai ser a demanda, eu não tenho isso escrito, não tenho como te passar agora. A área é localizada lá na Ulisses Cruz, 127-225, se eu não me engano. Fica localizada lá e, para quem vai, eu não posso te dizer agora. Hoje, o nosso papel aqui é trazer essa área para o município e, depois, verificarmos a possibilidade de inserção dessa área. A obrigação é construir unidade habitacional pela COHAB. Dá para ser feito pelo Programa Pode Entrar, dá para ser feito por uma PPP. É um programa de provisão habitacional do município. Precisamos só desenhar isso. Precisamos receber essa área de fato. Até por conta da localização dela, muito difícil na região central, ali no perímetro

expandido, conseguirmos encontrar áreas como essa, nessas condições praticamente que já deveriam ter sido feitas. A igreja contratou a equipe para projetar essas unidades habitacionais, para implantar essas unidades, que seria um papel nosso do Poder Público, inclusive. Aí vamos receber a doação. Acho que, em outro momento, posso discutir com vocês a questão de onde serão destinadas essas unidades habitacionais que serão construídas. **Sr. Aguinaldo:** Kátia, hoje o terreno é universal da igreja. Eles que tomam conta. E tem o projeto das unidades, ou serão feitos os projetos? A minha pergunta é se já existe o projeto. E, a partir do momento em que for passado para o poder público, sabemos que, quando se passa para o poder público, a igreja vai tirar a mão de guardar o terreno da responsabilidade. Será que não vai correr risco esse terreno? Sem o projeto, sem início imediato, sem ter uma proposta? Então, essa é a minha pergunta. **Sra. Kátia:** Então, essa área está desocupada aqui na região central. E, assim, Guigui, de verdade, eu acredito que nós temos vários terrenos, inclusive do programa Pode Entrar, áreas que, quando começaram a ser desapropriadas, não estavam ocupadas e que, no decorrer do período, foram ocupadas. Nesse caso especificamente, acredito que a COHAB vai assumir a guarda desse terreno. Porque eles têm uma empresa que faz esse trabalho. Depois de tantas ocupações que ocorreram nessas áreas, eles acabaram tendo que contratar um gerenciamento de segurança. O gerenciamento de segurança e esse gerenciamento hoje faz toda essa parte de manter essas áreas desocupadas. Eles têm lá no escopo do contrato deles a guarda dessas áreas. Então, assim, o projeto já existe, como eu coloquei, as unidades a implantar também. Então, eu acho que o maior problema já foi vencido que foram essas questões ambientais, que era o que precisávamos das descontaminação do terreno, principalmente onde serão implantadas as unidades habitacionais. Foram seis anos de remediação, vocês imaginam, desde 2018 até agora, muito tempo. Demorou bastante. A Verinha tem um terreno do mesmo jeito, que está em processo de descontaminação, e estamos batalhando aí junto à CETESB para resolver o problema dela. Bom, é isso. Antes de finalizar a reunião aqui. Depois, por questão de ordem, Secretário, se autorizar, eu mostro para vocês a implantação das unidades habitacionais que a igreja contratou. Eu coloco aqui na tela bonitinho, que as meninas foram almoçar e me largaram sozinha, eu não estava achando um pendrive para descer com o projeto para mostrar para vocês. **Sr. Aguinaldo:** E como fica, na questão aprovou, como fica para nós a prerrogativa do Conselho poder definir essa demanda? Ou será que não tem como discutir a demanda, se já vai ser algo definido pela COHAB? Ou este Conselho vai ter como... Para isso que ele foi eleito, para isso que ele foi constituído, para que as decisões da política pública habitacional do município sejam definidas por aqui. Mas muitas coisas não estão se passando por aqui. Então será que mais uma dessas não vai passar pelo Conselho para ser definida aqui essa demanda? **Sra. Kátia:** Eu posso colocar uma questão aqui para vocês? Vamos por partes. Primeiro, estou trazendo para vocês uma proposta de recebimento de doação de uma área. Todo mundo entendeu? A questão da doação, a questão da renúncia e indenização, a questão da desapropriação, está tudo ok. Segundo ponto, vocês podem apresentar pleitos com relação à demanda que vai ser atendida nessa área. Não existe nenhum impeditivo, até porque o Secretário está aqui sempre aberto à discussão e tudo mais. Ele que delibera na mesa. Eu estou aqui só para pontuar. O Conselho pode apresentar todo tipo de proposta, inclusive essa. O que eu quero deixar claro para vocês é que, hoje precisamos receber essa área. E eu não vejo impeditivo para o recebimento da área. A discussão posterior para que programa ela será destinada e qual demanda será atendida, acho que podemos discutir em momentos posteriores. Vamos receber a área hoje e vamos discutir em uma outra... Quer falar, Maksuel? Pode vir. **Sr. Maksuel:** Sobre a questão do Guigui, eu creio que vai ficar de consenso de todos, se assim for considerado pela Mesa. Eu acho que o que tem que ser falado, Guigui é, considerando exatamente a aprovação dessa área, dessa isenção fiscal, dessa isenção de recebimento dessa área para a construção de unidades habitacionais de interesse social em HIS pela COHAB, considerando que a definição e atendimento dessa demanda vai ser de atribuição do Conselho Municipal de Habitação. Perfeito? Caminhamos para aprovação, na parte do considerando que o Conselho tenha essa prerrogativa de indicar ou de criar critérios para indicação dessa demanda. **Sr. Sidney:** Mais uma vez aqui retomando os trabalhos, após o esclarecimento da Kátia e também as colocações do conselheiro Aguinaldo, complementadas pelo Maksuel, nós fizemos uma minuta de resolução para esse voto, e o que nos compete é o seguinte, nós firmamos aqui na Secretaria Municipal de Habitação um grupo de trabalho para tratar do assunto vinculações de demanda. E quais são os critérios que estamos usando lá nesse grupo de trabalho? É data de anterioridade, auxílio-aluguel, a classificação pelo pessoal do social com relação a pessoas removidas de área de risco 4, mulheres vítimas de violência doméstica, questão do idoso, questão do PCD. Tem um regimento, perfeito? O que eu proponho, Maksuel e Aguinaldo, nesse sentido? É que ficamos comprometidos que este Conselho forma um grupo de trabalho para debater junto com a Secretaria, porque também não podemos pegar esse terreno aqui e simplesmente colocar as entidades aqui e ver cada qual ficar com a parte. Eu entendo que temos que ter uma política isonômica. Acho que temos que considerar sim, o que você colocou, o que você ponderou, que participe. Mas temos que considerar alguns critérios de elegibilidade, que acho que aí sim o Grupo Trabalho pode ajudar e fazermos isso a quatro mãos. Essa é a proposta da mesa com relação a sua demanda, Max e Aguinaldo. Propor um Grupo Trabalho para estudar junto com a Secretaria Municipal de Educação, dentro dos critérios do nosso departamento social, para que adequemos e vincule essa demanda. Tudo bem? Perfeito? Obrigado. Nesses termos, agora vamos fazer o quê? Fazer a votação. Aqui hoje, presente, eu tenho aqui os conselheiros

votantes, que é a Isadora, a Simone, eu, acompanho a mesa, a Verinha e o Aguinaldo. Esses são os cinco conselheiros votantes. De acordo com a qual a pauta foi apresentada, eu peço aos senhores hoje, como tem um quórum pequeno, que levante a mão quem estiver de acordo com essa proposta de recebimento desta área para a construção de habitação de interesse social e, na sequência, fica vinculada aqui da nossa parte a formação do segundo trabalho. Por gentileza, levante a mão. Realização da contagem dos votos. Temos aqui aprovação de cinco votos para esta pauta. Então, registre-se aqui que o voto de número 13/2024 foi aprovado, foi deliberado e aprovado por este Conselho Municipal de Habitação nessa reunião Executiva por cinco votos. Muito obrigado. Bom, prosseguimos aqui então para o item três da pauta. Eu tenho aqui uma solicitação de voto que é o número 14/2024. O objeto dele trata da aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação referente ao segundo semestre de 2023. A oportunidade que passo aqui a palavra para o Nilson que está compondo a Mesa e também a equipe da COHAB. **Sr. Nilson:** Convoco o Sérgio, que é o gerente financeiro aqui, para fazer a apresentação do financeiro. Depois eu faço a parte da técnica após a conclusão dele. **Sr. Sérgio:** Boa tarde a todos. Eu sou o Sérgio, gerente financeiro da COHAB. Bom, nós vamos iniciar aqui com a apresentação da prestação de contas do segundo semestre do Fundo Municipal. Julho a dezembro. Bom, aqui nós temos o resultado do primeiro semestre e do segundo. O saldo inicial de R\$123 milhões no primeiro semestre, total de entradas de R\$226 milhões, total de saídas de R\$265 milhões, recursos bloqueados de R\$2,5 milhões e o saldo final do primeiro semestre de R\$82 milhões. Iniciamos o segundo semestre com R\$84 milhões, tivemos entradas de R\$582 milhões e saídas de R\$508 milhões, bloqueados R\$164 milhões. Nós seguimos junto à Caixa Econômica liberar quase R\$ 2 milhões, deu R\$ 1,9 milhões, que é o que estava bloqueado no primeiro semestre, esse dinheiro foi para o caixa do Fundo e aí se tornou apenas R\$ 164 milhões, que nós também estamos trabalhando junto com a Justiça e a Caixa Crônica para liberar esse restante. E aí findou o segundo semestre com R\$ 157 milhões. Aqui nós temos então os ingressos, tanto do primeiro semestre, quanto do segundo semestre. Recebimentos de unidades de programa de locação social, R\$ 423 mil. Recebimentos dos TPUs de permissão de uso, R\$ 782 mil. Amortizações da carteira mista de R\$ 2,7 bilhões. Indenizações por sinistro e seguradora 129. Os rendimentos sobre aplicações financeiras de R\$ 3.652.000.000. As prestações de contratos de compromisso e compra e venda e alienação fiduciária de R\$ 8.418.000.000. E os repasses do Tesouro para o Programa Pode Entrar de R\$ 206.000.000. Repasse de ortiga onerosa também de R\$ 614. Todos os recursos estão vindo do Tesouro e também as notas reserva com transferência a modalidade que é executada pela Fazenda de um milhão e meio. E as retenções de tributos, resgates, calções e outras entradas de R\$ 941 mil. E aí totalizou-se com R\$ 226 milhões. Para o segundo semestre nós tivemos locação social de R\$ 348 mil, as permissões de uso de R\$ 855 mil, carteira que as prestações de R\$ 2.679 mil, seguradora de R\$ 130 mil, os rendimentos da aplicação financeira R\$ 6.998 mil, os contratos de CCV alienação fiduciária de R\$ 8,3 bilhões. Os repasses para o programa aumentou também tendo em vista a demanda R\$ 560 milhões. Repasses também de Outorga de R\$ 1.439 bilhões. Reserva contra transferências não houve no segundo semestre. E as retenções de tributos de R\$ 749 milhões. Totalizou o segundo semestre com R\$ 582 milhões. Agora os desembolsos. Então nós temos aqui tanto o primeiro semestre e o segundo. Na primeira linha são as obras e os projetos de fontes 00 e 08, 00 do Tesouro e 08 da própria fonte do FMH. Então do Pode Entrar foram 197 milhões no primeiro semestre, os desembolsos de 9 milhões e 524, repasse para o Programa Pode Entrar em aquisições do Tesouro foi zero no primeiro semestre. Repasse à COHAB, foram aquisições que o Fundo fez junto à COHAB de terrenos de R\$ 20 milhões para o Pode Entrar. Pagamento de outros serviços, pessoas físicas, água, luz, material, consumo de gás, R\$ 111 mil, isso tudo em locação social. E na parte do Fundo, de luz, água, cartões e depósitos, de R\$ 1,96 milhão. Notas reservas com transferências, que é aquela modalidade que a Fazenda executa, entrada e saída de um milhão e meio. E as remunerações por a COHAB ser agente operador do Fundo. Ela faz o serviço e ela tem que ser remunerada pela atividade que ela executa pelo Fundo. Então foi feita a regularização de 2020 de 3 milhões e 129, 2021 de 3 milhões e 87, 2022 1 milhão e 865, 2023 17 milhões e 747. Há também o desconto de pontualidade dos mutuários e permissionários de R\$ 48 mil, os subsídios de R\$ 335 mil e pagamento da segurança e vigilância dos terrenos nas áreas do Fundo de R\$ 2.465 milhões, os tributos de impostos IR, Imposto de Renda, ISS e Cofins PASEP de R\$ 4,967 milhões, despesas bancárias com contrato com a Caixa Econômica de R\$ 64 mil, e outras despesas, que é seguro e regularizações com a COHAB, de R\$ 1,8 bilhão. Findou com R\$ 265 bilhões de despesas. Para o segundo semestre, na mesma rubrica de obras e projetos, R\$ 242 bilhões dos desembolsos junto ao FMH de R\$ 11.480. Repasse do poder de aquisições de R\$ 199 milhões. Repasse de terrenos também regularizando com a COHAB compra de terrenos de R\$ 19 milhões. O pagamento de pessoas jurídicas Água e Luz, do locação 344, do Fundo foi 335, não houve pendências de 20, 21, nem 22 de remuneração, então começou a seguir o 23 de 20 milhões. Os descontos de pontualidade de 66, o subsídio de 337, Vigilância de R\$ 1.766.000,00, tributos diversos de R\$ 9.932.000,00, as tarifas de R\$ 60.000.000,00 e outras despesas de R\$ 2.540.000,00 com as regulações da COHAB. E aí tivemos o saldo final de pagamento de R\$ 508.000.000,00 de segundo semestre. **Sra. Isadora:** Quereria entender por que saltou tanto a remuneração da COHAB em 2013. É por causa do Pode Entrar? **Sr. Sérgio:** Com relação ao programa Pode Entrar, toda a movimentação que há no Pode Entrar, 7% é remuneração para a COHAB. Então, como está tendo a produção, o responsável é aquele rapaz ali. A obra está acontecendo lá e vai

remunerando a COHAB. A cada pedido dele há uma remuneração da COHAB. Vamos falar da arrecadação do Fundo. Nós temos aqui o cenário de janeiro a junho, que totalizou 12 milhões 325; o segundo semestre de julho a dezembro de mais 12 milhões. Isso compreendeu 24 milhões. Houve um avanço na arrecadação do Fundo. Isso torna que a COHAB está fazendo uma boa gestão, por isso que estamos se empenhando para fazer isso. E quem vai falar um pouco mais sobre a arrecadação é o Walter da Gerência de Recuperação de Crédito, e ali que sai as informações junto aos mutuários, a cobrança, as cartas que são enviadas e os trabalhos que são feitos para melhorar a arrecadação desempenho do dinheiro do Fundo Municipal. Só mudou aqui a sequência porque é uma continuidade das informações da arrecadação. **Sr. Walter:** Dando continuidade disso que o Serginho estava falando, com os mutuários, nós estamos fazendo nos empreendimentos, os planos de renegociação aprovados por vocês mesmos, vocês podem perceber que a inadimplência vem diminuindo, aumentando a arrecadação e diminuindo a inadimplência. Agora, se você colocar o próximo slide, vou até também dar uma deixa aqui para o Nilson, que vai comentar um pouco sobre isso, vocês podem ver que nós temos dois empreendimentos de locação social, que é o Parque do Gato e o Parque Olíriais, que influenciam nessa inadimplência diretamente. Isso só tende aumentar. Nós estamos com quase 100% de inadimplência nesses dois conjuntos. E o Nilson tem até um voto para ser aprovado agora na sequência. Não sei se vai querer falar na sequência, Nilson. É o quinto item que vocês estarão vendo na aprovação. A minha parte é só essa. Temos conversado direto. Quem tem dúvida pode me procurar. O Maksuel vai lá, a Fátima vai lá, a Verinha. Estão todos em casa. Então, quem quiser procurar sobre renegociação, sobre renegociação dos mutuários, pode nos procurar lá, que estamos aberto para atender todo mundo. A minha parte é só essa daí. Boa tarde a todos. **Sr. Sérgio:** Agora vou chamar o Emerson que é a parte orçamentária e ele vai falar um pouco da execução do orçamento do Fundo. Por favor, Emerson. **Sr. Emerson:** Boa tarde a todas e todos. Meu nome é Emerson, sou Coordenador na Gerência e Planejamento do Controle Financeiro. Cuidamos, essencialmente, da execução orçamentária do FMH, da COHAB também, mas aqui vamos falar só do FMH. Esse quadro que ele demonstra a execução do orçamento no segundo semestre, mas também desde o início de janeiro, que o orçamento, de acordo com a Lei de 1964, o orçamento é anual. Começamos com quase 473 milhões aprovados para o FMH, sendo que, desse valor, 95% são de fontes do Tesouro, quer dizer, a Prefeitura que repassa para o Fundo, e 5% de recursos próprios do Fundo. Finalizamos no final de dezembro, com aquela coluna verde ali, começamos com 473 milhões e finalizamos com quase 781 milhões. Podemos ver que, se formos olhar cada linha dessa, a partir da sexta linha ali são os projetos do Fundo. Cada linha daquela são os projetos, são os valores investidos do FMH. E, da quinta linha para cima, são as despesas de manutenção do Fundo, de custeios, as despesas correntes. Então, boa parte dos R\$ 781 milhões, quase R\$ 700 milhões foram destinados ao Pode Entrar, entre as modalidades Entidade e Empresas. E, no final do segundo, principalmente no segundo semestre, foram executados os recursos para o Pode Entrar em Aquisições. Então, ali do disponível, 97% entraram de recursos do Tesouro e 3% de recursos próprios. O valor empenhado lá no segundo semestre totalizou quase R\$ 379 milhões, e aí somando com o que foi aprovado lá no primeiro semestre, na execução, finalizamos com quase R\$ 774 milhões de executado. A diferença entre o disponível e o empenhado, o disponível é aquele orçamento que foi disponibilizado com as atualizações, chamamos de suplementações, a diferença dos 781 para o 473, justamente foram as suplementações que ocorreram durante o ano, por isso que chegou naquele valor lá. Então, dos 781, executamos, quer dizer, compromissou, foi contratado quase 774, então dá um total de quase chega a 100% daquilo foi disponibilizado. E aí, seguindo lá, coluna de valor liquidado, que é o valor que após as medições, a medição é confirmada, então o valor está pronto para ser pago, e a última coluna lá é o que foi pago até o dia 31 de dezembro de 2023. E a última coluna é o que provavelmente foi reservado, mas não chegou a ser contratado em função da virada de ano, e esse recurso acaba ficando sem executar durante o ano. Bom, aqui agora são as remunerações, aqui a base legal, a primeira resolução, ela determina quais são as regras para se calcular cada fase, ela define a remuneração por fase de execução das aplicações do FMH e define quais são os valores percentuais em função das fases que se encontram os projetos. Aqui é um quadro que mostra o que foi pago de remuneração para a COHAB em 2023. Dos anos de 2020 a 2022, conseguimos regularizar isso que estava atrasado. Chega a quase seis, quase oito milhões que conseguimos regularizar de remuneração atrasada. No primeiro semestre, foram pagos quase R\$ 17,5 milhões e, no segundo, mais R\$ 20 milhões. Como o Serginho já pontuou, esse valor é calculado em função do que é investido durante o ano. Então, aqueles quase R\$ 700 milhões de empenhados lá, executados do Pode Entrar refletem na hora de calcular a remuneração do agente operador, que é a COHAB. Então, no total do exercício, foram pagos quase 46 milhões. Esse slide aqui demonstra aquilo que está pendente ainda. Temos de remuneração pendente para regularizar. De 2023, quase 40 milhões. Sendo que quase três devem estar sendo regularizadas agora no começo do ano, porque é recurso que ficou inscrito em restos a pagar. Então é coisa que já está empenhada, já tem empenho, mas de acordo com a legislação que rege as normas de execução orçamentária e financeira, esse recurso pode ser, apesar de ser do ano passado, pode ser pago no início de cada ano. E a estimativa para o primeiro semestre 2024 de remuneração é de R\$ 37.750.000. Era isso que eu tinha para apresentar, se alguém tiver alguma dúvida a respeito, fique à vontade. Não? Agradeço, então. Obrigado, gente. **Sr. Sérgio:** Acho que agora é a parte do Nilson. **Sr. Nilson:** Boa tarde a todos. Eu sou o Nilson, Diretor Técnico da COHAB. Também

sou Conselheiro pela Administração. E vou mostrar o andamento, como foi o andamento das obras do ano de 2023, segundo semestre. O que foi programado e o que não conseguiu ser executado também. Então, Vila Nova Cachoeirinha e Boi Malhado é a reforma do campo do Boi Malhado para atender a comunidade. Esse é um processo que está em andamento. Esses dois milhões 234 para o segundo semestre., paticamente, nós cumprimos ele quase na totalidade. O andamento continua esse ano. O programa Pode Entrar. O programa Pode Entrar. Nós tivemos um grande desenvolvimento. Nós temos R\$ 300 milhões para entidades e empresas, R\$ 611 milhões por aquisição. O futuro, o pago, R\$ 185 milhões para as entidades, representa o pagamento somente do segundo semestre, lembrando aqui, das entidades. Pagamentos de dezembro, eles não estão computados aqui, que lhe entra no financeiro, que lhe entra como restos a pagar, e aqui estamos lançando o valor efetivamente pago no ano aqui. Então, a diferença. E o aquisição, que são os 10 mil imóveis que foram comprados, os 500 e R\$91 milhões, que foram executados esses pagamentos no final do ano, e todas essas 10 mil unidades estão em andamento pelas construtoras, sobre o chamamento que foi feito lá, onde Pode Entrar a aquisição, que é o que é chamado de aquisição. Lá no Entidades e Empresas, lembrando que no chamamento tem aquelas empresas que eram do FAR, como as entidades também puxaram e entraram na licitação aqui da aquisição aderida, ou Pode Entrar. Essa migração que houve aqui. Requalificação das unidades habitacionais e outros empreendimentos. Não teve muitos andamentos aqui, porque o projeto do edifício Santo André já foi feito, o 367 é um edifício que está aqui atrás da Secretaria de Segurança Pública, que tem uma vertente de passar para o PPP, isso não está definido claramente ainda. Arte Palácio é aquele prédio que está ocupado aqui no Largo do Paissandu, aqui em frente. Reforma de unidades habitacionais, não houve nenhuma reforma. Teve planejado um milhão de reais aqui. Lembrando que todo esse valor que está aqui não é que tem todo esse dinheiro para fazer aqui. Esse que está executado na última coluna tem, o outro é projetado em função de recursos que podem entrar aqui no caixa do FMH para executarmos. Apuanã é uma licitação que foi lançada no ano passado, e está em andamento este ano, com abertura prevista agora para abril. Mendonça Júnior é a mesma questão. Nós vamos falar lá embaixo do Santa Etelvina, a questão das esquadrias que enferrujaram tudo, tem que trocar. É um processo que está em andamento, com ações judiciais em andamento. Favela do Jacaraibe, esse é o que está em andamento aqui. Quem lembra muito bem aquele alojamento provisório, que tem 15, 20 anos lá, ele até tem situações precárias, e o pessoal estava morando até embaixo da caixa d'água lá, e o reforço da estrutura de alguma parte da parte elétrica, lá na favela do Jacaraibe, na região da Vila Prudente. Isso ainda está em andamento. Reposição de trenos da COHAB, você pode ver que não teve uma reposição, teve um lançamento lá anterior. Edifício Santander, Arte Palácio já foi falado. A parte de regulação fundiária, o Barro Branco e Santa Etelvina, é aquela questão das esquadrias, que teve que trocar 100% das esquadrias referentes ao empreendimento. Ele está em andamento, mas, vamos falar assim, atualmente ele está parado. Tem uma parte das pessoas que fizeram a troca das esquadrias e não querem que coloquem as esquadrias novamente. Então, isso está judicializado, porque o Ministério Público tem que trocar 100% e algumas pessoas não querem. Então, isso está para andar enquanto o juiz não decide se é para fazer ou para deixar de lado. O contrato das esquadrias está suspenso. Inclusive, tem até uma imposição do Ministério Público, que é para fazermos isso aí com o dinheiro do Fundo e depois ele vai ter que entrar com a ação contra a construtora que está em andamento. Esses 40 empreendimentos são possibilidades de obras de andamento. Essas do final, que é o Quarto Centenário, que é lá perto do autódromo de Interlagos, Caramazal, Jardim do Lago, José Paulino. José Paulino é uma licitação que ainda não ocorreu. Reforma de Prover, de Singapura, que está em nome da COHAB. Essa é uma licitação que deve sair este ano. Precisa de recursos para soltar essa licitação. Não tenho recursos ainda. Talara também tem um andamento aqui. Camarazal, Jardim do Lago, Guarde Santuário também estão... Esses estão em andamento. Continua em andamento. Agora, Irapurú também. Vil Mara já fez. E algumas outras ações que podem ser feitas aqui durante o ano. Então, colocamos uma previsão desses empreendimentos. Conforme tem recursos durante os exercícios, esses empreendimentos listados têm possibilidade de execução de obras aqui. Locação social, conservação, reformas, não teve um grande andamento nisso no exercício. Fizemos um reveite no ano passado, então fez uma manutenção pequena lá. Vamos colocar os hidrômetros individuais, fizemos a licitação, teve uma ganhadora e a empresa desistiu por causa da Covid, por causa que ela não conseguia mais manter os preços. Entramos com a ação judicial contra a empresa, cobrando indenização, porque ela tinha desistido. Vamos retomar isso ao longo deste ano aqui. Reformas do Olíriais, reforma aqui na Vila dos Idosos, manutenções pontuais e vamos andando. A parte de baixo e final, a vigilância patrimonial, que tinha uma parte de indenização, como o contrato foi vencido, paguei uma indenização para a empresa, porque não pode sofrer descontinuidade do trabalho. Essa licitação já foi executada, ali está em contrato, em licitação, mas já está contratado. Uma parte desse contrato é com recursos do FMH, a outra parte é com recursos da COHAB. Como lá no começo até o Aguinaldo falou, a segurança do terreno e tal. A empresa que nós contratamos é a Gossil, e colocamos um posto fixo, e tem os postos móveis, depende da situação do terreno. Provavelmente lá, vamos colocar um posto fixo lá, o terreno é gigante, é um terreno que hoje tem o Carte, quem conhece lá na Salim Fará Maluf, bem no comecinho, junto à Marginal Tietê, ali é um terreno da igreja, é um terreno ótimo, maravilhoso, inclusive, junto ao parque ali. Então, a segurança colocamos em todos, todos os terrenos que têm risco, risco tem todos, não tem como

evitarmos isso, mas procuramos resguardar todos os imóveis da COHAB. Transporte de bens e apoio à reintegração. Isso aqui ninguém gosta de usar, porque quando tem uma ação de reintegração que tem que retirar somente o caminhão, o transporte, esse kit que chamamos de kit de remoção. É meio feio isso, mas é necessário porque eu tenho que cumprir uma ação judicial e preciso dessa infraestrutura para executar esse serviço aqui. Então, fazendo a conta do ano, é um investimento de R\$ 780 e poucos milhões, de R\$ 793 milhões durante o ano de 2023. Foi muito bom para o FMH gastar essas ações. O Pode Entrar realmente é uma ferramenta fundamental para que consigamos implementar as habitações e atender à demanda, tanto do movimento de moradia, quanto da administração pública como um todo. **Sr. Sidney:** Pessoal, então retomando os trabalhos aqui, eu quero só que acrescente aí na nossa ata que o item 2, ele foi aprovado por unanimidade. E agora é o momento de deliberarmos sobre a apresentação que o Nilson nos fez aqui. Tem esse voto de número 14/2024, que pede a aprovação da pressão de contas do FMH, segundo semestre 2023. Obrigado, Nilson. Obrigado à equipe da COHAB pela apresentação. E nesse momento eu passo aos senhores aqui para podermos deliberar sobre como votam os conselheiros aqui para o item 3 da pauta? Todos estão de acordo? Levante a mão, por favor. Registre-se aí, então, em ata, que foi aprovado por unanimidade. Dando sequência aqui, nós vamos analisar o item 4. O item 4 é uma solicitação de voto, número 15/2024, que ele preconiza a aprovação do plano de investimento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício do ano corrente 2024. O Nilson retoma a palavra juntamente com a equipe da COHAB. Muito obrigado. **Sr. Nilson:** Retornando aqui, é o plano de investimento de ações para 2024. É semelhante ao que vocês viram aqui em 2023, com alguma implementação de valores previstos para o exercício futuro. Os valores aqui lançados não significa necessariamente que esses recursos estão disponíveis imediatamente para uso. É uma previsão orçamentária, que depende de fontes de recursos de tesouro e outras para implementação desses valores aqui. Então, voltando aqui, Vila Nova Cachoeirinha, Boi Malhado, aquele campo que estamos executando. Jardim Antártica, campo também, é um campo no Jardim Antártica que tem uma situação lá do movimento também que pediu para fazer isso aqui, que já está em andamento. A área de lazer do Parque Europa é um conjunto que já é mais antigozinho e tem uma demanda para a execução dele. Bolsões, área de lazer do Bolsão 2 e 3, quem não conhece o Bolsão 2 e 3, ele fica junto, perto, ao hospital lá na Vila Nova Cachoeirinha. O Mendonça Júlio está atrás, a rua é atrás, é do lado ali, onde tem aquela praça. Quem tem conhece lá, o Miguel conhece, tem aquela pracinha que tem lá. Até tinha escola lá que foi demolida por causa da coisa. Já fizemos uma intervenção lá naquela região e já andou aqui. Guido Caloi é um empreendimento que era da Minha Casa Minha Vida, que tem uma área de lazer planejada lá, uma área remanescente. Essa área estava inicialmente destinada para SME, a SME abriu mão disso e está colocando isso agora como área de lazer aqui. Sobe um pouquinho, no Pode Entrar. A remuneração do agente operador aqui é uma questão que é do financeiro, está sendo lançado um valor projetado aqui. A carta de crédito das mulheres vítimas de violência e outras cartas de crédito, uma previsão inicial de R\$ 50 milhões. Claro que esses valores podem ser suplementados posteriormente, conforme a necessidade que o programa exige, assim que ele for avançado. Lembrando que já temos uma verba destinada para atender as mulheres vítimas de violência nesse programa aqui. Pode entrar entidades e empresas aqui, um valor orçado inicialmente de R\$ 702 milhões para este ano aqui. Seria um valor para pagar os contratos de andamento e outras questões de novos contratos precisa de organização junto à Fazenda para ter um acréscimo desses valores. Estamos garantindo os valores dos contratos em andamento e outros contratos que foram se encaixando dentro do programa. Vai ter uma gestão da COHAB, do Secretário e do João Cury junto à Fazenda para implementar a assinatura desses contratos. Reposições de imóveis da COHAB, 50 milhões aqui de uma previsão. Pode Entrar aquisição 1 bilhão e 500 milhões de reais. Lembrando que nós temos aqui uma demanda de contratos já formalizados. Esses contratos têm uma regra específica de pagamento, deixamos o dinheiro depositado na conta, e também uma previsão de valores a maior, tem até outras fontes municipais, outra fonte de renda, para implementar o programa com a aquisição das demais 10 mil unidades. Projetos em aplicação e reforma de qualidade. Sempre tem uma verba, José Bonifácio, sempre tem uma verba para fazer projeto para essas áreas. Como falamos anteriormente, esses dois empreendimentos já estavam... O José Bonifácio 367 pode estar vinculado à PPP, que ele pode até sair daqui. Claro que vai ter que ser aprovado aqui pelo Conselho. Arte Palácio, aquele empreendimento que está ocupado ali. Reforma de unidades habitacionais, os R\$ 2.000. É só para manter uma verba, uma verba orçamentária. Casarão do Carmo, Casarão Celso Garcia, tem uma previsão aqui. O Casarão Celso Garcia tem aquela parte do Casarão lá na frente. Quem lembra desse histórico aqui do Casarão? Uma história bem antiga, isso aqui tem uns 20 anos, eu acho, essa história lá. Acho que essa história continua aqui. O casarão do Carmo tem uma previsão aqui, mas acho que talvez já tenha finalmente concluído esse empreendimento aqui. A Apuanã, a licitação de andamento, a regularização, lá na Zona Norte, que teve aquela questão das casas, que afundou o solo, uma polêmica com a SABESP, a licitação está andamento, que vai ser lançada agora. O Mendonça Júnior, para retomarmos aquela parte das esquadrias, igual foi feita no Barro Branco, em Santa Etelvina. Nossa Senhora da Penha executando aquela parte. Lembrando que esse conjunto aqui tem uma questão de monitoramento de gases, que tem naquela região, que é um aterro, que tem metano no solo. Por isso, esse monitoramento e intervenções aqui são sempre necessários. E aquisição de unidades comerciais planejadas aqui, uma parte do Bruno Zabala, a necessidade que veio passado da

Secretaria. Continuando aqui, a conclusão lá embaixo da favela do Jacaraípe. Reposição de terrenos aqui, 23, uma projeção. Edifício Santander concluído. José Bonifácio já falamos. Pode subir. Aqui, isso é aquela previsão de sempre, que vai vários empreendimentos lá, partes do Prover, passíveis de regularização e passíveis de execução de obras. Alguns estão em andamento, alguns estão planejados aqui. Aquele Unidos Venceremos e Paulo Freire também é uma história que vem de longa, longa data, desde lá de 2013, 2014, se não me enganar, isso aí, até antes, acho que isso aqui. O Jardim Celeste vai vir também, existe uma previsão de execução, mas não estou dizendo que há algo a executar ali. É uma coisa que você conhece. O João XXIII é uma continuação de uma intervenção que fizemos há três anos. O Minas Gás também é uma intervenção em uma quadra de esporte que arrumamos uma vez. Não é o habitacional, é só uma parte da quadra que está lá. O Irapuru, que é o andamento de 2024, o Quarto Centenário, uma finalzinha aqui, já concluiu. Então, tem um restinho de 2024 aqui. Caramazal, Jardim do Lago, José Paulino, uma licitação a executar também de 15 milhões de reais, que faz parte do plano dos Prover. Talara, o Parque Europa, o Parque dos Chaves, o empreendimento da SEHAB, Edu Chaves. E o Zaki Narchi, também conhecido por todos, junto ao Shopping Center Norte, que também tem uma questão de contaminante lá e as ações que a SEHAB vai executar. Continuamos com a questão da indenização dos hidrômetros, vamos tentar novamente. Algumas manutenções pontuais em todos os empreendimentos, todos os empreendimentos de locação social. É pontual, alguma eventualidade que tem, tem que ter uma previsão, tem que estar previsto no plano de investimentos. Então, eu vou ter que executar alguma coisa lá, tenho que passar um voto normalmente aí. Então, tem um valor simbólico aqui, 250 mil. Claro que todos nós aqui não temos dinheiro para tudo isso aqui, nós estamos chegando ali ao total, vigilância patrimonial e transporte de bens de R\$ 2,4 bilhões. É claro que esse dinheiro não tem todo, mas as ações que estão de Pede Entrar são garantidas por orçamento e garantidas a execução deles ao longo do exercício com obras já contratadas. Futuras contratações de aporte de recursos do Tesouro ou outras fontes, seja quais elas forem. Posso falar que é CMD, FUNDURB, como o FUNDURB está acontecendo o Pede Entrar agora está pagando as parcelas das menções de janeiro, fevereiro e março, que vieram oriundos do recurso do FUNDURB. Alguma questão? Agradeço a todos. Obrigado. **Sr. Sidney:** Retomando então a palavra aqui do item 4, como não há nenhuma consideração por parte dos conselheiros, submeto aqui a deliberação do voto número 15, que trata da aprovação do plano de investimento do Fundo Municipal de Habitação para o exercício corrente 2024. Nesses termos, então, passo aqui a deliberação e peço o voto dos senhores conselheiros para que se manifeste levantando a mão, por gentileza. Então, declaro aqui a aprovação do item 4 da pauta, que é o voto número 15, por unanimidade. Seguimos adiante aqui com o item 5 da pauta. Ele trata aqui do pedido de voto número 16/2024 e 18/2024. Ambos tratam da autorização e anuência para que os empreendimentos Conjunto Residencial Parque do Gato e Olárias sejam desvinculados do programa de locação social para devida comercialização com fim da transitividade. Passo então novamente a palavra aqui para que o Nilson faça a apresentação para os senhores conselheiros e sua equipe da COHAB. **Sr. Nilson:** Continuando aqui, só uma retificação aqui, Secretário. Aqui falou comercialização, aqui nós vamos tratar de titulação. Então, nós vamos desvincular o Gato e o Olárias e titular para os proprietários, para as pessoas que estão morando lá. Então, saindo de lá e titulação para eles. Então, eles vão ser proprietários dos imóveis que estão lá no Gato e no Olárias, devido também a uma grande incidência, vocês viram inadimplência. Então, a solução que temos para essa situação que está lá, claro que vai ter que ter uma selagem, claro que vai ter que cadastrar o que está lá, porque tem muitas pessoas lá que compraram imóveis de terceiros e compraram, até outros dizem que queriam passar escritura de imóveis lá, que todo mundo sabe que não pode, mas todo mundo faz. Essa é uma realidade que temos em diversos conjuntos da COHAB, como diversos empreendimentos. Então, a nossa proposta aqui é que sejam tituladas as propriedades, os moradores que estão lá hoje passam a ser proprietários dos imóveis que estão lá e administrem por eles a gestão do condomínio, e também o que acontece, eles já estão há muito tempo lá, vários estão há anos e anos e anos lá. Não vou dizer de uma maneira mais suave. É um projeto que é bom em locação social, mas, nesses empreendimentos muito gigantes, eles não tiveram um êxito tão grande assim. Outros empreendimentos são muito bem-sucedidos. Tenho aqui o próprio Palacete, ate o Asdrúbal com as suas demandas, com conjuntos bem menores, não com uma demanda tão grande. O que tem acontecido também é que temos entrado com diversas ações de reintegração de posse das pessoas que estão lá, que não pagam os imóveis. E as pessoas que não pagam, aí entra um terceiro que retiramos e coloca que tem uma invasão lá, que tem que fazer uma retirada. Não é tão justo assim com aquele que está morando há dez anos lá, e retirar essas pessoas que estão lá nesse ponto, até fragilizadas, em algum caso, monetariamente, que conseguem morar naqueles conjuntos lá, e ter uma organização do próprio condomínio. Entendemos que, como eles são proprietários dos imóveis, eles possam desenvolver um trabalho, que o trabalho social vai ser desenvolvido, vai ser feito o cadastramento, e toque a vida do condomínio com o proprietário dos imóveis, tome conta dos imóveis deles. Então, a proposta é desvincular esses imóveis, o Gato e o Olárias do plano de locação social. Esse é o voto. **Sr. Sidney:** Pessoal, foi me pedida a palavra aqui pela Kátia, que está compondo a mesa, e vou conceder para ela então a palavra, ok? Obrigado. **Sra. Kátia:** Então, Secretário e conselheiros, eu pedi para fazer um adendo para vocês entenderem do porquê é importante para nós que esses empreendimentos sejam desvinculados do programa de locação social. Primeiro que o programa de locação social tem um caráter transitório. Ele deveria

ser um programa em que as famílias permanecessem por um período curto de tempo até elas conquistarem autonomia. No caso do Programa Locação Social, o nosso hoje, que, inclusive, foi aprovado por uma resolução do Conselho Municipal de Habitação. O Gato e Olárias são empreendimentos históricos. Inclusive, quem estava aqui na época, a Verinha, a Fátima, o próprio Dito, acompanharam de perto, o Maksuel, conhecem o histórico. Eles são empreendimentos grandes, que foram ocupados por pessoas que hoje não são as mesmas famílias demanda de origem. E hoje temos um problema. O índice de inadimplência é altíssimo por parte dessas famílias, que não acham que devem pagar nada para o poder público. As comercializações que são realizadas com contratos de gaveta em um empreendimento que é vinculado ao locação social. E as famílias que estão lá desde 2004, praticamente são donas desses imóveis. Pretendemos aqui, com essa votação, fazer com que esses empreendimentos sejam desvinculados para que não causem mais dano ao erário, no caso, ao poder público, que está desembolsando anualmente recursos para manter aqueles empreendimentos de pé. Não pagam água, não pagam luz, sobra para a COHAB. A COHAB tem que desembolsar recursos para esse pagamento. E não só por isso. Também temos famílias lá que estão desde 2004 e elas precisam ser legítimas na posse do imóvel consecutivamente, depois disso, na propriedade. Então, o fim de comercialização não é para comercializar as unidades e passar a cobrar. E que isso fique bem claro. É para que consigamos titular essas unidades habitacionais e passar para esses atuais mutuários ou locatários. Então, esse voto seria justamente para que desvinculemos do programa de locação social e que ele passe a pertencer a um programa de provisão habitacional da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, que é a COHAB. Só um adendo na fala mesmo para vocês entenderem que é muito importante que isso aconteça. **Sra. Isadora:** Eu fiquei bastante surpresa com esse pedido de voto. num momento, assim, parece que do nada. E eu fiquei bastante surpresa com a apresentação de vocês, porque eu esperava números. Acabamos de ver aqui a apresentação anterior e, sinceramente, vimos os gastos com o Olárias e o Gato. Vimos a inadimplência, que aquele gráfico ali ficava... Dava a entender que era muito maior, mas era menos de meio por cento maior, porque estava esquisito. Eu acho que é uma decisão que desmonta completamente o Programa de Locação Social. Vocês vão falar que não porque tem uma série de outros prédios que permanecem no programa, mas é mais da metade das unidades do Locação Social que vão estar fora do programa. Hoje nós temos cerca de 900 unidades no Locação Social e as duas juntas dão mais de 500 aqui que vocês estão tirando de unidades. Então, é um voto pelo desmonte do Programa de Locação Social, da forma como ele foi pensado em 2004. Permanecerão prédios pequenos, com uma pequena população, mas é um voto bastante responsável, que eu gostaria de colocar aqui para os conselheiros, porque na verdade, e parece que é um programa que é muito importante para a cidade de São Paulo. É um programa que sabemos, todo mundo que trabalha com moradia, que temos uma dificuldade muito grande de trabalhar com financiamento bancário, seja do ponto de vista de ficar anos e anos pagando um financiamento para uma casa própria, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista de critérios de seleção mesmo das pessoas para um financiamento de longo prazo. Sabemos que, no mundo todo, estão se ampliando programas de locação. Inclusive, parques públicos estão sendo colocados de volta para o poder público no mundo todo, depois de terem sido privatizados, porque os poderes públicos do mundo todo percebem que a locação social é fundamental para uma política consolidada que entenda a moradia digna para a população. Porque sabemos que tem perfis muito diferentes de população que precisam de moradia. Tem o perfil da pessoa que quer e pode comprar a sua casa, tem o perfil da pessoa que vai para o mutirão e tem o perfil da locação social. Sabe que a locação social é um programa fundamental, por exemplo, para colocarmos a habitação no centro de São Paulo, que é um lugar caro para ter financiamento. Então, parece-me um voto que vai contra qualquer tipo de política avançada de moradia no mundo. Desmontarmos um programa histórico da cidade de São Paulo por conta de uma dificuldade, entendendo plenamente a dificuldade, já discutimos, eu já fui de outras gestões do CMH, dos problemas de gestão do Gato principalmente, mas desse programa. Mas, quer dizer, uma dificuldade de gestão da COHAB em relação a esses programas justifica acabar com um programa de locação social? Ou temos que justamente apresentar números e propor uma gestão que seja mais eficiente para esse programa, para que ele justamente melhore, para que ele possa se ampliar. Inclusive, já teve proposta da Secretaria de parcerias para o PPP de locação social. Quer dizer, uma própria gestão diz que vai ampliar o programa e daí vem um voto dizendo para desmontarmos o programa? Não me parece razoável. Então, assim, existe uma necessidade da cidade de São Paulo, inclusive o programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, ele tem colocado propostas que ainda não foram efetivadas para pensar locação no Brasil como um todo, colocam o programa de São Paulo, inclusive, como uma coisa para ser aprendida, inclusive com os erros, entendo totalmente, mas é um dos poucos programas que nós temos no país de locação. É um absurdo darmos um passo atrás nesse momento. Acho que todos os esforços de gestão e da sociedade civil têm que ser no sentido de ampliar, melhorar, melhorar a gestão, melhorar as possibilidades. Concorde com todos os problemas. Esses problemas têm que ser superados e não acabarmos com o programa. Por último, que sei que já falei demais, coloco uma dimensão jurídica para ser analisada pelo jurídico da COHAB. Peço como conselheira que vocês apresentem esse estudo, porque eu estava na COHAB quando esse programa foi aprovado, e ele teve recursos do BID para a construção dessas unidades, desses prédios, e eu me recordo, mas isso faz mais de 20 anos, que o BID tinha cláusulas de que impediam a comercialização dessas unidades. Eu entendi

que não é comercialização, mas o BID emprestou dinheiro para que houvesse um programa de locação social. Eu imagino que, juridicamente, a COHAB não possa, agora, com dinheiro que não era dela, tirar esses edifícios do programa de locação. Eu gostaria desse estudo do jurídico da COHAB para dar esse voto. **Sra. Kátia:** Eu só vou pontuar uma questão aqui, licença, Secretário, peço a palavra com relação ao que a Isadora colocou. Eu concordo que o Programa de Colocação Social é um programa muito importante para a cidade. Eu concordo também que tudo o que você falou está corretíssimo, Isadora. Temos um problema hoje. Nós temos famílias lá no Gato e no Olárias que necessitam de que essas unidades sejam tituladas. O porquê que ocorreu essa proposta? Ocorreu justamente porque esses dois empreendimentos, especificamente, não são ocupados pela demanda de origem. As famílias que estavam lá eram locatárias e se sentiram proprietárias. E, querendo ou não, elas são proprietárias indiretamente. Elas não têm a propriedade, mas elas estão na posse do imóvel. Essa titulação, de certa forma, se faz indispensável. Por quê? Porque elas estão comercializando. É um programa de locação social e a forma como ele foi construído e como ele foi desenhado na época hoje não funciona mais. Existe esse estudo da PPP da locação social. Existe a proposta do pode-entrar ter também uma modalidade específica do locação social foi construído junto com vocês aqui. E acho importante a sua fala. Acho que o programa de locação social. É importante não só para São Paulo, é importante para o Brasil. Adorei quando a Minha Casa Minha Vida inseriu o locação social. Acho que é uma proposta que temos que começar a trabalhar, inclusive no âmbito deste Conselho. Só que o Gato e Olárias são empreendimentos que trazem um problema grave para a COHAB, um problema grave para a Secretaria de Habitação. Existe um valor de recursos municipais que são despendidos para atender coisas que não deveriam. Nesse caso especificamente, concordo com tudo que você falou, mas no caso do Gato e do Olárias nós não vamos desmontar o programa. Pelo contrário, queremos buscar alternativas para que o programa seja redesenhado da forma adequada. Inclusive, não acredito que isso seja no formato de PPP. Eu acho que deveria ser no âmbito do programa Pede Entrar. Isso é uma fala da Kátia, Kátia técnica, que não tem nada a ver com o Conselho e está hoje como Assessora do Gabinete. Mas, no caso do Gato e do Olárias, ele está trazendo muitos prejuízos. Acredito que o Nilson possa passar esse material para vocês muito em breve, mas são gastos absurdos. As famílias procuraram o Presidente da COHAB e a Diretoria Técnica de Patrimônio e solicitaram que essas unidades fossem tituladas. E o que nós pensamos? Não haverá comercialização. Então, as famílias não terão que despendere valores para pagar por essas unidades. Como existe a lei de anistia, que foi aprovada na Câmara Municipal, que vocês devem conhecer, nós vamos utilizar a base da lei de anistia para também anistiar essas unidades habitacionais para as famílias do Gato e do Olárias. Então, é isso. **Sra. Isadora:** É importante o Conselho ter uma documentação da Associação. Sei lá se existe uma Associação, mas é importante para o Conselho saber o que as famílias acham disso. **Sra. Kátia:** Sim, é justamente mais por conta das famílias do que por conta da própria COHAB. Foi um pleito deles. **Sra. Vera:** É que a gente começa a resgatar. Gente, 20 anos é muito tempo. muito tempo, 20 anos. E aí é meio complicado, eu, a Vera, vou falar, estou e não estou me sentindo confortável em votar nesse momento. Falar assim, Secretário, sou contra? Não, não sei. Se é a favor? Não, não sei. Porque começamos a pensar algumas coisas. Então, temos um programa, locação social, coloca-se as famílias, aí a Vera pega e vende para a amiga do lado, aí a amiga de poder aquisitivo vai lá e compra, a Vera volta para outra favela, para outra ocupação, e agora a Vera vai receber um título e ela pagou uma mixaria. Esse é o filme que a gente vê na periferia. O pessoal que é do movimento sabe que às vezes acontece muito isso. Aí eu só tenho algumas perguntas. Eu não estou me sentindo confortável. Acho que temos que refletir melhor essa questão da comercialização ou titulação. Porque quanto por cento, de fato, hoje, da demanda originária está lá? Então, uma coisa é, já vimos em outros governos, não vou citar nomes, em outras gestões, que foi lá e deu a titularidade. É eu, Secretário, é eu. E eu fiquei muito feliz, porque víamos que eram famílias que, de fato, estavam lá, que precisavam. Não estou falando que quem está lá não precisa. Acho que o direito à moradia é de todos, independente de classe social. Não sei se levaríamos para o pleno, mas não que a Verinha está sendo contra. Não é isso. Querira ter mais... Sabe, argumento assim, para quando alguém falar alguma coisa, eu falar, é isso mesmo? Merece ou não merece. Porque a gente fica meio assim, eu fico meio indecisa na hora desse voto. Não estou colocando obstáculo, quero deixar bem claro, mas acho que faltou mais dados para nós. Nilson, Secretária Kátia entendeu a minha fala. **Sr. Sidney:** Verinha, obrigado pelas suas colocações. Entendi bem a sua fala, entendi a fala da Kátia, da Isa. Maksuel, quer a palavra? **Sr. Maksuel:** Eu compartilho também dessa preocupação com os companheiros, é um projeto importante, nós participamos tanto da concepção de construção do programa, quanto depois das entregas das unidades habitacionais por companheiros que não estão mais presentes conosco, já nos deixaram, estão no plano superior. Mas, como foi falado pela Kátia, o programa foi colocado em 2004, faz 20 anos que o programa está rodando. E a minha preocupação é justamente isso que acontece nas comunidades. Hoje está sendo atendida qual família no empreendimento? É a família originária que teve o direito da locação social? É a família que lutou juntamente conosco com o movimento há 20 anos? Não. Não é a família. A família que está lá tem direito? Tem. Direito adquirido. A família guardou os seus recursos, não tinha o movimento de luta por moradia ou não conhecia os movimentos de luta por moradia. Guardou o seu recurso do seu sustento, o homem que trabalha digno do seu salário e foi num momento, por uma questão de oportunidade, não de oportunista, de oportunidade, alguns sabemos que são oportunistas sim. Tem 4, 5, 6, 10 unidades

habitacionais que é da COHAB dentro de comunidade pobre. Quem mora lá sabe, eu moro em Heliópolis, eu sei muito bem como funciona. Mas outras não. Outras são famílias que realmente guardou o seu recurso, foi lá, apareceu a oportunidade, foi lá e falou, opa, eu não vou conseguir pelo Poder Público. A fila da COHAB está imensa, a fila da Secretaria Municipal está imensa. E nesses 20 anos, se fomos contar a história habitacional da cidade de São Paulo, quantos projetos que fizemos aqui e entregamos para a nossa demanda? Eu tenho demanda de 19 anos de luta por moradia. Famílias que participaram daquele processo dos movimentos lá atrás e estão conosco até hoje. E não tiveram o processo de entrar numa locação social, não tiveram o processo de entrar numa parceria social, num bolso aluguel. Estão esperando 19 anos no seco, estão esperando o seco. As famílias que tiveram oportunidade lá atrás, por adversidades, por problemas de saúde, família, porque quer ir embora para sua terra. Venderam as unidades habitacionais, tem famílias lá, tem um problema exposto para o município, que é o que eu estou entendendo, e tem que ser resolvido. A pergunta que eu ia fazer é justamente sobre a questão da anistia. Eu acho que o Conselho tem uma prerrogativa importante, não só nesse empreendimento habitacional, eu acho que fica aqui como proposta, para conversar com o Secretário, para ver outros empreendimentos também, para que possamos contribuir com a questão da anistia, que possa tirar essa responsabilidade da COHAB no sentido de pagamento de conta, no pagamento de água, de luz e de outros proventos dentro dessa moradia. Eu acho que é importante fazemos questão dessa anistia. E sobre essa questão desses dois empreendimentos, a pergunta é: Qual que é a inadimplência? Quantas pessoas não são originárias? **Sr. Nilson:** 90%. **Sr. Maksuel:** 90% de inadimplência. Quantas pessoas não são originárias lá? Não tem como saber, não tem um estudo aprofundado? **Sra. Kátia:** Quando migramos, na migração fazemos as contas. **Sr. Maksuel:** Na migração faz. Eu não voto aqui como Executiva, mas eu no pleno como conselheiro com certeza votaria nesse voto com essa prerrogativa no intuito de ter essa questão dessa anistia também para outros empreendimentos do mesmo fator. **Sr. Nilson:** Maksuel, uma informação da Cristina Pimenta. Teve um estudo feito que 97% das pessoas que estão lá não são mais as originárias. Vou falar um exemplo para vocês. Eu estive lá, estive presidente da COHAB, recebemos uma multidão de pessoas lá. Uma menina comprou aquele imóvel lá do Gato por R\$ 50 mil, pagando R\$ 1.500 por mês de prestação para um terceiro, quarto, sei lá quem é. Ela perguntou para mim se esse imóvel aqui não era vendável, não era imóvel dado. Ela falou assim, o que eu faço agora? Espera que você vá como titular para os moradores. É um exemplo entre muitos. Outros saíram lá do Singapura, apresentaram o carnê aqui. Estou com o meu carnê aqui atrasado. Olhei o carnê dele e falei: O seu carnê é Singapura, mas aqui não é Singapura. Aqui é a locação social. Não, é que eu comprei aqui e estou atrasado lá. Eu estava aqui na época da COHAB. Você sabe que estou aqui há 40 anos da COHAB. Eu estava aqui quando você estava aqui também. Achei que o programa foi interessante na época. Tem pessoas que estão morando lá, nesse conjunto, que saíram e melhoraram de vida, mas não saíram do programa. Muitas delas melhoraram de vida e não saíram do programa. Por quê? Ele quer sair do imóvel que está pagando R\$ 180, R\$ 200 para dar uma vez para um terceiro, para comprar o imóvel dele mesmo, e em vez de estar pagando R\$ 200, ele não quer. Essa é uma realidade que existe. Talvez o problema em outros países, outros estudos. Houve vários estudos bacanas, aquele da França, de Lille, lá, todos. E o que aconteceu? Lá é um outro país. Aqui é o Brasil. Não estou dizendo que é pior nem melhor que lá, mas a população tem outra visão. E outra, vou tirar todas aquelas pessoas, aquelas 500 e poucas pessoas de lá e vou dar para ONG, se fosse fazer uma reintegração de posse, como devia fazer lá. **Sr. Maksuel:** Não é, Wálinho? Wálinho está aqui, meu grande amigo. Nós estivemos com o Wálinho um tempo atrás, com o Nilson, e apresentamos até para o Cury uma proposta sobre a questão dos empreendimentos em COHAB, que é a questão dos três R's. O que é os três R's? É regularização, requalificação da família, que é reconhecimento dessa família que não é originária, e reforma. E fazer isso fica até como indicativo como proposta, até para o Conselho Municipal de Habitação, e fazer isso, de repente, em uma PPP. Tem empresas que tem esse interesse de fazer. Em Heliópolis mesmo fizemos uma pesquisa lá em alguns empreendimentos de COHAB, a grande maioria falou: Precisa arrumar, precisa fazer, precisa reformar, precisa arrumar elevador. Isso fica na demanda das famílias lá. Tem quadra L1, quadra L2, estão com problema lá de gás. Como que faz? CETESB está lá, nós estamos fazendo acompanhamento. Associação fica com algema. Algema porque não consegue, não tem recurso de previsão legal para fazer isso. Onde que tem recurso? Vocês estão aqui, estão acompanhando. Tem o programa Pode Entrar que nessa gestão fizemos isso, que é o que temos de luz para o futuro sobre a questão de projetos habitacionais na cidade de São Paulo. Fora isso, o que temos pelo Estado, pelo governo federal? O que nós temos hoje, efetivo de recurso? Não temos. Então nós temos que criar e ajudar a criar políticas públicas para que consigamos fazer atendimento para as novas famílias que vão se aderir em novos projetos habitacionais, mas não esquecendo as famílias também que ajudou a fazer esse alicerce. Por isso que eu acho importante, Secretário, construímos por intermédio do Conselho, Kátia, a questão dos três R's, que é regularização, requalificação e reforma dessas unidades habitacionais. E de repente numa proposta, uma PPP legal, não uma PPP ilegal, uma PPP legal. Se você pegar uma construtora que fala, para requalificar a sua unidade habitacional, colocar piso, porcelanato, esquadriha nova, tudo certinho, e a pessoa, de repente, tem um contrato com esse setor público, eu duvido que muitas famílias não vão querer, porque não consegue ir lá comprar, não tem dinheiro que sobra para isso. Mas se qualificar isso de uma forma e ter na isenção, usando a lei de isenção, e qualificar

isso em um novo contrato de uma forma que a família consiga pagar, eu creio que 100% das unidades que têm COHAB, conseguimos resolver o problema. Obrigado. **Sr. Sidney:** Mais um pedido aqui para falar, a conselheira Fátima. **Sr. Fátima:** Eu quero colocar aqui na questão do assunto que nós estamos colocando, a questão dos alugueis sociais, que é, primeiro, que eu acho que há muito tempo, como os companheiros já colocaram aqui, tem esse debate aqui dessa questão desses alugueis sociais aí. E é um momento que já havíamos discutido no Conselho lá atrás de criar mais. E agora estamos vendo essa questão de acabar com essa questão. E eu fico muito preocupada não só nas pessoas agora, mas na questão também dos idosos, que utilizam muito esse serviço. E sabemos que a preocupação não é a questão do empreendimento que não está acontecendo ou não está. Eu acho que a questão é dos cuidados melhores do poder público na frente dessa questão. Não dá para simplesmente deixar lá, pagar a água, pagar a luz, pagar o elevador e não ter um acesso de ver como está, de ter um acompanhamento, estamos falando disso. Porque, então, estamos há 20 anos no mutirão. Mas moramos lá, temos um acompanhamento da coordenação. E sabemos quem entrou, quem saiu, como que está. E esse programa aí é um programa de 20 anos atrás, de 20 anos dos mutirões. De 200 e poucas famílias, nós tivemos lá 15 que saíram por motivos que, não vou falar aqui, mas que foi preciso sair. E esse, eu acho que tem que ter um poder público mais presente nessa questão. Não dá para falar que não funciona, que vamos acabar com ele. Temos que ter essa presença maior dentro, de fiscalização, de ver quem realmente está lá, de ter um cuidado para essas unidades não serem passadas para outra pessoa, a não ser se aquela pessoa sair e outra entrar dentro dessas unidades, porque eu penso assim, ela é uma unidade provisória e era para ser por um máximo de cinco anos. Depois dos cinco anos, ter outra pessoa, aquela pessoa melhorou de vida, e entrar outra pessoa com mais necessidade. Então, acho que tem que ter bastante esse cuidado. Eu acho que nós temos que pensar, avaliar bastante isso. E, para mim, tinha que ir para o Pleno, sim, com todos os cuidados, conforme a nossa companheira colocou, de avaliação, e tem que ir para o Pleno. Não temos condições de aprovar uma coisa dessa aqui. Nós estamos voltando para trás. Ao invés de dar um passo para frente, nós estamos dando um passo para trás. Então, é isso que eu queria colocar. Obrigada. **Sra. Isadora:** Eu queria fazer um pedido de encaminhamento. Eu acho que ficou claro que faltam informações. Eu gostaria de pedir de vocês, se fosse possível, não sei se na Executiva ou no Pleno, como a Fátima está colocando, uma apresentação, como vocês já fizeram muitas, da área técnica. Eu sei que tem uma diretoria de acompanhamento de programas habitacionais, na SEHAB, que certamente tem dados sobre o programa. Gostaria de uma análise jurídica sobre o financiamento feito pelo BID. Então, gostaria de mais dados, gostaria que as famílias pudessem ou vir falar ou mandar alguma documentação. Acho que precisamos de mais informações. Inclusive, não ficou claro, entre a fala da Vera e do Maksuel e de vocês, não ficou claro se essa titulação é para o original ou se é para o atual morador. **Sr. Nilson:** Para o atual. **Sra. Isadora:** Para o atual o morador. Significa que nós, por exemplo, sem saber qual é o perfil desses moradores, estamos titulando, dando imunidade da COHAB para alguém que pode estar completamente fora dos critérios do Seleção. O Maksuel colocou aqui sobre o terreno da Universal, se queremos como Conselho definir critérios de demanda, de repente a gente dá 500 unidades para pessoas que nós sabemos qual é o perfil. Quanto elas estão ganhando? Que pessoas são essas? Não sabemos. Não sabemos nem exatamente a porcentagem delas em relação à original. E, mesmo os moradores originais, não sabemos a condição, o perfil atual deles, quanto eles ganham. Então, parece-me um voto apressado hoje. Acho que precisamos de mais dados. Acho que vocês precisam nos convencer de darmos esse voto. Eu pediria uma apresentação da área técnica que faz gestão de programas habitacionais, que certamente têm esses dados. Eu já vi em congresso de discussão de urbanismo dados sobre locação social que existem e que vocês não apresentaram aqui. Portanto, eles existem. Acho que é importante vocês apresentarem para o Conselho esses dados para que possamos votar conscientemente. Entendo todos os programas, sei que aqui não é a França, e inclusive, falo isso nas minhas aulas, falo, gente, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Agora, para enfrentar os nossos problemas, não me parece que colocar para debaixo do tapete seja a melhor opção. Eu gostaria, assim como a Vera colocou, eu gostaria de fazer esse voto conscientemente e, portanto, com dados. Saber para quem que nós estamos titulando, porcentagens, realmente uma análise de como o programa está, e uma fala das famílias e uma análise jurídica em relação ao financiamento do BID. Se vocês puderem apresentar isso, não sei se aqui ou no pleno, eu acho que é um encaminhamento que nós votemos isso hoje, que precisamos de mais dados. **Sra. Kátia:** Só complementando que, com relação à demanda originária, ou a demanda atual, a proposta da Secretaria de Habitação e da COHAB é realizar uma selagem dessas unidades habitacionais para saber quais são as famílias que estão hoje morando nessas unidades. Porque, de verdade, desculpe, mas eles não são locatários. Como é que eu vou fazer uma selagem para empreendimentos de locação social? O Maksuel colocou para que tenhamos que propor no Conselho a questão da anistia. Na lei da anistia, nós temos hoje 167 mil unidades habitacionais que deveriam ter sido comercializadas há anos, Prover, FUNAPS, os projetos que foram entregues pela COHAB há anos e que as famílias não conseguiram, recebeu título de propriedade e, por meio dessa lei, nós vamos anistiar essas famílias. Então, o Gato e Olárias foi mesmo uma proposta para que tirássemos esse problema das costas da COHAB e da Secretaria, porque, querendo ou não, todos os anos você desprender valores, você atender moradores, você não conseguir... Porque aqui vou expor uma coisa para vocês que é bem complicada. Quem conhece o Gato e Olárias

aqui? Quem já pisou lá hoje em dia? Se você for entrar no Gato e Olárias hoje, você não reconhece. Eu fui no Gato e Olárias. Eu fui uma das poucas coordenadoras da Secretaria Municipal de Habitação que saiu, tirou o bumbum da cadeira e foi até lá para olhar como estava. As condições lá são péssimas. E não é por falta de recurso que a COHAB desprende. As condições lá são péssimas porque hoje nós temos o crime organizado, hoje nós temos vários problemas que, se nós não titulamos essas unidades habitacionais para demanda originária, mais problemas vão ser gerados. Porque se não nós teremos que entrar com o pedido de reintegração imposta em massa para retirar essas famílias de lá. Você imagina que isso aqui vamos resolver, aquilo ali eu preciso de dados. Mas hoje isso está causando um dano ao erário. Este Conselho aqui delibera sobre a política municipal de habitação e causar dano ao erário não é nossa proposta. Precisamos reduzir o dano que está sendo causado por diversos fatores. O Gato e Olárias hoje são um problema para o município, um problema grave, um problema para as famílias, um problema para quem mora e um problema para esse Secretário aqui, que vive atendendo a gente junto com o João Cury e o Secretário de Habitação, pedindo para que a gente resolva o problema de lá. Ou reintegra todo mundo e tira as famílias de lá e coloca uma demanda que vocês podem dizer condizente, o que não vai ocorrer, porque poderia causar um problema político e técnico gravíssimo. E acho que temos que pensar um pouco mais. Entendo o seu pleito, não sei qual é o encaminhamento que o Secretário vai dar, mas acredito que essa desvinculação não é importante, ela é fundamental. **Sr. Sidney:** Pessoal, retomando a palavra com relação ao item 5 da pauta, vi que foi feita uma boa defesa pelos senhores conselheiros, e as suas colocações foram muito prudentes, porque precisamos fazer uma tomada de decisão. E essa tomada de decisão implica em reconhecermos que o Programa de Locação Social, como colocado pela Kátia, é um programa que está no roll, digamos assim, no cardápio de oferta de programas para a população. E reconhecemos a importância. E hoje, o que acontece? Nós estamos aqui com cinco conselheiros. Foi trazido o assunto para a pauta. Qual é o prejuízo que tem causado, Nilson, essa questão do Parque Olárias e qual é a inadimplência que nós temos hoje? **Sr. Nilson:** Como falei, a inadimplência está na faixa dos 88%, 90% e tal, chegando a esses níveis aqui. Lembrando que, no Olárias, você conheceu o impedimento lá atrás. Você andou de elevador lá? Não. Mais de dez anos que o elevador não funciona lá. Não funciona porque não queremos. Nós já tentamos arrumar várias vezes, roubaram tudo. Nós vamos fazer uma modernização de todo o parque, inclusive do Olárias. Nós vamos colocar os elevadores. É um absurdo você morar num prédio de dez andares sem elevador. Você entrar em apartamento lá, que a porta de inox é a mesinha de sala de morador que está lá. Isso é o que acontece. Nunca deixamos de fazer a manutenção lá. O que acontece é que lá tem o crime organizado, que é externo e interno também, uma parte interna, mas pouca, a maioria é externa, que, para entrar lá, você tem que entrar de camburão. Para fazer a reintegração de posse de um apartamento lá, foram dez carros de polícia lá. O Gato está chegando perto dessa mesma situação. O que aconteceu? As pessoas querem morar lá. As pessoas estão lá, senhoras que moram lá há muito tempo. Uma delas deve até estar na Vila dos idosos pelo tempo que ela está lá, a idade. O que aconteceu? Se eu for furar a ficha dela, tem 50 prestações sem pagar. O que eu tinha que fazer tecnicamente? Tinha que fazer uma reintegração de posse e colocar outra pessoa lá. Mas quem vai entrar para lá? Então, nós vamos deixar ser dominado pelo crime? E outra, o critério de seleção da análise tem que passar por todas as análises técnicas que o pessoal da CTS, da SEHAB fazem. Todos eles fazem essa análise. O cara fala que tem duas unidades. Ele tem que estar fora. Ou seja, por ação de reintegração de posse, ou porque não é elegível para morar em um imóvel, porque já teve um imóvel, ou teve alguma situação esquisita no passado que não permite isso. A regra de comercialização está posta. Ele tem que ser seguido, independentemente se o cara está morando lá ou não. É para qualquer um, a regra é unificada. As dificuldades que tem lá, são cinco milhões do Gato de conta de água. Por que eles não cortaram? Porque não conseguiu, porque não conseguiu cortar. O ano passado, fizemos um aporte de R\$ 1 milhão para pagar as contas de locações sociais, porque ia ter falta de luz e falta de água. Não estou nem falando da água do Gato, porque essa realmente é quase que impagável. Os dois somados, o Gato e Olárias, dá R\$ 5 milhões, levando outras ações. Então, sempre pintamos o prédio, sempre mantivemos a manutenção, é constante. O pessoal da equipe da COHAB está lá quase todo dia. Arruma aqui, arruma ali, arruma ali. Mas existe uma gestão perigosa lá. Não estou dizendo que quem mora lá é todo mundo perigoso. Nada disso. Muita pessoa de bem lá, com certeza. Muitas pessoas que estão lá, aquelas que pagam. Aquele percentual mínimo que paga, que está lá no conjunto. **Sr. Sidney:** Nesses termos, e de forma democrática, somos formados por cinco conselheiros. Agora vamos fazer o seguinte, bem democraticamente. Neste momento não é momento de voto. Nós vamos opinar se devemos colocar em pauta ou não esse voto. Então, para aqueles que concordam que vote hoje, vote hoje esse voto, levante a mão. Três votos registrados a favor da votação hoje. Só que é o seguinte, nós vamos colocar para votação, mas eu vou fazer, Nilson, uma consideração aqui com relação a trazermos subsídios para este Conselho, porque o que foi falado pelos senhores conselheiros realmente é assim, temos que ter essa convicção. Nós vamos votar hoje, mas temos que trazer os subsídios, trazer os técnicos para que possamos apresentar e não caracterizar o desmonte do programa de locação. Não é isso que nós queremos, não. Entendi a sua preocupação também, Verinha. Foi colocado bem que você estava em cima do muro hoje, porque realmente você não tinha

posição correta. Espera aí, não tenho o meu juízo de convicção formado. É claro para mim, ficou bem claro. Então, Nilson, além do parque do Gato e Olárias, nós temos outros empreendimentos na locação. Traz para nós um raio-x e, obviamente, queremos dar sequência, mas temos que aprender com os erros, que chegaram até esses números, até essa inadimplência, até essa questão de gestão. Porque quando o poder público não se faz presente, o crime organizado avança. Essa é a mensagem que eu deixo para os senhores aqui, de concordância, de sinergia e aderência a muitos pontos que foram colocados aqui. **Sr. Aguinaldo:** Trazer esse levantamento, inadimplência. **Sr. Sidney:** Então, a Secretaria da Mesa, registre aí para trazermos essa questão do social, para que tragamos aqui a questão também do ponto de vista social. Então, agora, após ter feito esse esclarecimento, eu peço, então a manifestação de voto agora. Com relação ao voto 16/2024 e voto 18/2024, autorização e anuência para que os empreendimentos Conjunto Residencial, Parque do Gato e Olárias sejam desvinculados do Programa de Locação Social para devida titulação, tenho que corrigir essa questão aqui, que não é comercialização, com fim da transitoriedade. Então, nesses termos, eu peço aqui, com essas ressalvas, obviamente são ressalvas coletivas, é todos nós, eu penso da mesma forma, que profiramos o voto, mas que seja apresentado, Nilson, um trabalho de números, de estatística, e a gente vê os apontamentos e qual é esse prejuízo mesmo que temos com relação ao erário. **Sra. Isadora:** Tem uma dimensão jurídica que precisa ser olhada. Eu acredito - isso não era da área jurídica, evidentemente - que existe um problema em relação ao financiamento do BID. Eu peço que essa consideração do jurídico da COHAB dê ao Conselho a prerrogativa de podermos fazer isso. Não sei se podemos fazer isso. Gostaria que o jurídico avaliasse realmente se podemos dar esse tipo de voto. **Sr. Sidney:** O que temos que fazer aqui? Normalmente, quando temos uma situação de emergência como essa, sempre temos que ter o opinativo jurídico. É que nem no outro dia desse eu estava explicando. O CMH tem um poder deliberativo, fiscalizador. A gente sabe disso, se você pegar o projeto de lei que foi feito em 2002, está regido dessa forma. Só que jamais pode atropelar a lei. Uma resolução não se sobrepõe à lei, uma resolução não se põe a um decreto e a resolução não se põe acima da Constituição. Então, temos que sempre basear nossas pautas na lei. Nesses termos, o que podemos fazer? Vamos pedir sim. A gente delibera vinculando a um parecer jurídico por parte da COHAB nos termos do BID. É isso, Isa? Pode ser? De acordo, então, pessoal? Vamos seguir dessa forma. E aí nós vamos colocar, inclusive, nessa resolução, que haja um citativo opinativo jurídico com relação a essa questão do Banco Mundial pela forma que ele foi financiado. Obviamente, se ele se posicionar contra, fica sem efeito, que temos que realmente atender o quê? A lei. Perfeito, pessoal? Vamos tratar dessa forma? Tudo bem, Nilson? Você se compromete com isso? Pode ser então? Então vamos agora partir para deliberação e voto. Tudo bem? Então aqui eu estou pedindo o voto 16/224 e 18/224 para autorização e anuência para que os empreendimentos Conjunto Residencial Parque do Gato e Olárias sejam desvinculados ao Programa de Locação Social para devida titulação com fim da transitoriedade. Nesses termos, quem concorda, quem é a favor do voto positivo, levante a mão. Então nós temos aqui quatro votos a favor e um voto contrário. Nesses termos, reformando, retificando essa resolução, de acordo com o que consideramos aqui falado, nós encaminhamos dessa forma. Vamos agora partir para o item 6 da pauta, que é os informes sobre o novo edital de credenciamento. Aqui eu vou chamar a palavra a Kátia para que nos apresente esse informe do novo edital de credenciamento, que é o que sempre falamos que nós precisaríamos fazer mais um edital para que mantivéssemos o nosso compromisso com as entidades, que era a emissão de um edital de credenciamento para 20 mil unidades habitacionais. Então, aqui vou ceder a palavra para a Kátia, que conduz os trabalhos. **Sra. Kátia:** Bom, gente, eu vou aproveitar essa pauta dos informes do edital e, por questão de desordem, não é nem de ordem, eu vou aproveitar porque um dos conselheiros do Pleno, o Maksuel José da Costa, que está aqui, inclusive, ele fez uma proposta para nós, ele encaminhou um ofício para a Secretaria Municipal de Habitação e para a Secretaria Executiva do Conselho pedindo que promovéssemos um edital novo de credenciamento das entidades, uma nova adesão, um novo credenciamento e encaminhamento de propostas vinculadas a terrenos públicos e privados. Ele mandou esse ofício para nós, e em diversas reuniões que fizemos com o Secretário de Sidney e com a equipe técnica e jurídica da Secretaria de Habitação e da COHAB, chegamos à seguinte conclusão. A melhor forma de vincular áreas públicas e privadas a entidades é por meio de um chamamento público. O chamamento tem que existir, que não será um chamamento comum, mas um chamamento/credenciamento, que vai credenciar essas entidades, até porque essas entidades também precisam apresentar essas propostas, precisam ter esses projetos aprovados para que haja contratação das unidades habitacionais. Então, esse é um ponto de partida. E aí esse edital, ele vai trazer isso para nós. É um edital que está prometido desde o ano passado, na época do então Secretário João Farias, e hoje o Secretário Milton Vieira, o prefeito, e o Secretário Adjunto Sidney propuseram que saísse dessa reunião aqui uma data aproximada de publicação desse edital. Inclusive, o Secretário Sidney está me cobrando todos os dias para que a gente publique esse edital o mais rápido possível. Já passou pelo jurídico, já está com a equipe técnica, nós estamos fazendo algumas adequações que o jurídico solicitou e a probabilidade dele ser publicado até o final dessa semana, início da próxima, é gigantesco. Vou pedir uma salva de palmas para o Secretário, que nos ajudou nesse processo. **Sr. Sidney:** Pessoal, é assim, ninguém faz nada sozinho. Temos que sempre agradecer à equipe, agradecer a todos vocês que fazem parte do Conselho Municipal de Habitação, aos colaboradores da SEHAB, ao Secretário Milton e até o Prefeito que falou que está na hora, temos que soltar. Vocês não podem, temos que fazer, temos que

olhar a questão das entidades. Então, nós estamos de olho sim, nessa questão da vulnerabilidade social e onde podemos chegar com mais justiça social. Nem sempre conseguimos fazer tudo e no tempo devido, mas você pode contar sempre que vamos nos esforçar para dar o melhor em prol das outras pessoas também, porque elas precisam de moradia digna. Muito obrigado, Katia. Obrigado mesmo. **Sra. Kátia:** Eu vou dar a palavra. E aí eu queria aproveitar, porque, na reunião anterior do pleno do Conselho, o nosso companheiro Maksuel José da Costa encaminhou duas propostas. Eu gostaria que ele desse uma lida nessas propostas, para que aí o edital vai de encontro à proposta que ele fez. É justamente a forma que nós encontramos de viabilizar os dois pleitos que ele realizou. **Sr. Maksuel:** Vamos lá. Primeiramente, quero agradecer a sensibilidade do Milton, do Secretário Adjunto, de você, Kátia, de toda a equipe aqui, por ter... brigamos um pouquinho, enchemos o saco um pouco do prefeito, do chefe de gabinete, do Diogo, de quem foi, para que nós pudéssemos juntos, como conselheiro, ter a vinculação, não só a vinculação, mas ter esse edital para a vinculação dessas áreas, tanto pública, quanto privada, para que nós possamos construir por intermédio do programa Pode Entrar. Acho que a política habitacional e o Conselho Municipal de Habitação tem esse poder deliberativo e da questão do Pode Entrar nós temos que fazer a política para quem está fazendo a política habitacional. Não adianta criarmos uma política macro para a cidade, um master plan para a cidade e os movimentos que nele participam, que tenham o seu processo de participação pública, que tenham os seus associados, os seus militantes, ele não tenha um objeto firmado pelo município, pela Secretaria Municipal de Habitação para que possamos apresentar propostas dentro do Programa Pode Entrar, para que nós possamos construir essas unidades habitacionais. Eu não vou ler todo o texto, os ofícios, mas é justamente que falar sobre, considerando que o Programa Pode Entrar hoje é a política de utilização para construção e aquisição de unidades habitacionais tem interesse social e que os movimentos de luta por moradia, entidades e associações legalmente reconhecidas possuem a necessidade de apresentar proposta ao ente público, solicitamos a inclusão deste voto na próxima reunião da Executiva do Conselho Municipal de Habitação. Então nós apresentamos, este aqui é o ofício, plenamente reconhecido que foi para a Executiva. E, novamente, é que eu agradeço, em vez de fazermos uma veiculação como proposta, vamos abrir logo o edital, que é ter uma força maior para que nós possamos, como entidade legalmente reconhecida, apresentar terrenos tanto públicos, como terrenos privados para construção de aquisição de unidades habitacionais de interesse social. Só isso. Obrigado, gente. **Sr. Sidney:** Obrigado, Max. **Sr. Maksuel:** Eu vou falar. Na verdade, ficou sobre a questão da vinculação, eu acho que ele contempla, porque a questão da outra pauta que foi aprovada no pleno, foi a questão do terreno da Estrada das Lágrimas, área que foi apresentada pelo nosso movimento, a municipalidade. Anteriormente, nós tínhamos um acordo com a Caixa Econômica Federal, foi apresentada pelo FAR, Fundo de Arrendamento Residencial. Depois teve as migrações para o PAC, foi para lá, bolinha de meia, foi para o Governo de Estado, pulou para baixo. Isso desde 2005. Então, faz alguns anos que nós estamos lutando para que esse terreno da Estrada das Lágrimas fosse transformado em unidades habitacionais de interesse social. Não vou falar da gestão para não politizar, mas uma gestão de um companheiro da Prefeitura Municipal de São Paulo, teve a questão da migração dessa área para o PAC e a gente quase perdeu essa área, porque nós sabemos, quando é vinculado ao PAC, é escolhido demanda para atendimento. Não tinha demanda na região, retiraram demanda de um outro local para colocar justamente no empreendimento, nesse terreno que nós tínhamos apresentado na época. Então, se hoje fosse construído, teríamos perdido essa área como entidade. Mas Deus é tão bom que aconteceu que essa construtora que tinha ganhado e começou a construção dessas unidades, ela não teve mais interesse. A outra construtora não teve interesse. A outra construtora não teve interesse. E ficou parado esse projeto da Estrada das Lágrimas. Então nós pedimos a solicitação no pleno, foi aprovado por unanimidade, mas ficou com recomendação do Secretário para que nós pudéssemos trazer aqui para a Executiva. Então a proposta, encaminhamento de proposta para a resolução, para a vinculação de área denominada Estrada das Lágrimas para a construção de unidades habitacionais dentro do programa Pode Entrar e, com a abertura do edital, nós poderemos fazer a vinculação dessa área ao Instituto Social Heliópolis, que era o caso. **Sra. Vera:** Acho que, na hora de bater, temos que bater. Na hora de reconhecer, temos que reconhecer. Para quem me conhece, sabe o meu jeito de ser. Realmente, Secretário, acho que todos nós aqui, que somos militantes do movimento, não via hora de fato disso acontecer. Porque sabemos que não foi fácil, e não está sendo fácil. Hoje, podemos falar que tem uma lei, o programa Pode Entrar, que ainda nós estamos gatinhando, mas é lógico que vamos construir em várias mãos. Mas o importante é termos, pelo menos, a esperança que tenha um terreno, que tenha uma luz. E essa resolução, que também o Maksuel está aprovando é muito importante, porque o poder público sabemos que não tem tanta terra, e vemos aí na periferia, onde passamos - Vende-se, vende-se, vende-se, vende-se. E acho que é a oportunidade nossa agora de ser movimento e falar assim, vamos negociar com o proprietário, vamos construir. Então, eu espero que ainda seja este ano, ainda estamos em abril, que seja rápido, e temos muito terreno aí para indicar. Acho que todas as regiões, todos os movimentos, lá na região que mais tem terreno para vender, Jaraguá, Peru, aquela região, são glebas imensas, Secretário. Só que vamos negociar. E o dinheiro? E sabemos que é meio difícil, mas não é impossível. Então, parabéns a toda a equipe. E temos mais que agradecer. E todos vamos continuar cobrando, porque sabemos que é assim também. Se não cobramos, também não anda. Obrigada a todos. **Sr. Sidney:** Pessoal, deixa eu fazer alguma coisa. Então, nos

consideramos com relação ao item 7 da pauta e 7.1 e 7.1.1. O que aconteceu? Ali está a edital de convocação. Tem que fazer um errado. Está ali a edital de credenciamento de propostas. Então, para depois corrigirmos esse item aí, por favor. E, como todos sabem, é muito perigoso, o CMH, como falado ainda há pouco, não podemos suprimir etapas de um processo legal. O CMH é deliberativo, fiscalizador, e nós tivemos a oportunidade, conversamos com o Maksuel. O que temos que fazer aqui é resolver a situação, não só essa situação do seu pleito, mas organizar de forma que dê legalidade e atenda todas as entidades. Então, nós sabemos que o CMH não tem a capacidade vinculante. Você imagina se formos vincular, cada um vir aqui e pedir uma área no CMH, ia ter problema. Porém, ele preenche os requisitos da área, como ele explicou, há anos, há tempos. Então, nesses termos, eu gostaria de fazer aqui uma ponderação que conste isso aqui em ata, por favor, na resolução. Que essa Comissão Executiva delibera por apoiar a inserção do imóvel da Estrada das Lágrimas do programa Pode Entrar Entidades e a criação de critérios que permitam a vinculação de imóveis desta qualidade, reconhecida o critério de atuação local e que detém pertencimento à área no tocante ao movimento de moradia. Então, com isso, estamos sendo isonômicos, estamos realmente atribuindo o pertencimento da entidade às áreas para que ela se manifeste e apresente suas propostas. Dentro do rito legal que é o quê? Um edital é uma concorrência. Perfeito, pessoal? Então, nesses termos, foi que nós entendemos que tínhamos que olhar essa questão, não pontualmente, mas sim o Max nos fez despertar por isso aqui. Obrigado, Max. Então, é isso aí que fica constando aqui com relação à resolução. É isso, Kátia? De acordo? De acordo, então, senhores. Mas eu entendo que todos estão de acordo com esse apoio. Então, olha como que nós vamos colocar lá na ata e aprovação dos senhores. Eu vou repetir - A Comissão Executiva delibera por apoiar a inserção do imóvel e da Estrada das Lágrimas no programa Pode Entrar Entidades, e a criação de critérios que permitam a vinculação de imóveis desta qualidade, reconhecida o critério de atuação do local e que detém pertencimento à área no tocante ao movimento moradia. Nesses termos, não estamos fazendo direcionamento, mas está dando a oportunidade para que todas as entidades que tenham vínculo real com a área, igual o Max tem há muito tempo, que ele se habilite no processo legal. Nesses termos, gostaria que quem estiver de acordo levantasse as suas mãos. É isso, Max? Perfeito? **Sr. Maksuel:** Ok. **Sr. Sidney:** Bom, então, nesses termos, pessoal, retomando aqui, nós seguimos a pauta por item 7.2, que é a proposta de inclusão de famílias em atendimento habitacional definitivo no projeto conjunto City Pirituba, na primeira fase, e em outros projetos de imediato atendimento. E foi uma demanda da conselheira Vera Eunice Rodrigues da Silva, a Verinha. Então, nesses termos aqui, para falar sobre esse item, eu chamo aqui o pessoal da nossa equipe de coordenação de técnica social. É a Denise. Ela está descendo? Então, não tem como enrolar os senhores. Acho que aí a Kátia vai pegar a palavra. O item seguinte também da pauta, se os senhores aqui permitirem, vai ser um item que vai ser conduzido pela equipe social. Certo, Kátia? Então, se você quiser, retoma a palavra. **Sra. Kátia:** Você vai falar sobre o item anterior? **Sra. Vera:** Eu quero falar. Na verdade, é lógico, estou vindo aqui humildemente pedir esse voto a todos conselheiros e conselheiras. Por quê? Inclusive hoje, gente, estou aqui com três famílias que estão ali, levanta a mão ali o pessoal. E não só esses, como milhares de famílias. Então, a gente se reúne, Maksuel e todos, a cada 15 dias. E quem é liderança de movimento sabe, não é? Aí, às vezes, falam que a culpa é da liderança, a culpa é do governo, mas a gente sabe que é um todo, que não é fácil, não é? Que temos que ficar, olha, a gente costura ali, costura aqui. Então, não só o voto do pessoal da Ponte dos Remédios, como do Mercúrio também, que o Dito está ali. Não é, Dito? que a Kátia conhece decor e salteada essa demanda. A gente já brigou, a gente já xingou. E eu vim aqui, em nome das famílias, pedir esse voto. E eu fiz questão para que eles viessem aqui hoje, para que a gente tenha, lógico que a gente sabe que não é amanhã, sabemos que não é amanhã, eles sabem disso, mas pelo menos eles têm um papel. Mas um papel como eles tiveram durante esses 13 anos. Desde 2009, gente, essas famílias estão aguardando a vaga. Inclusive fizeram até o cadastro no HABISP na época. Então, não é a família que está furando fila, é família que existe na fila e que era para ir para a ponte dos Remédios e que a ponte caiu, e que não vai, e hoje a gente espera. Se não for no empreendimento lá da Raimundo Pereira de Magalhães, eles falam que topa ir para qualquer lugar, viu, Kátia, e Secretário. Se tiver uma vaga lá, em qualquer lugar que eles querem sair do aluguel. Então, gostaria muito, Simone, o Guigui, o Secretário, a Isa, pedir esse voto, não só para a Verinha, mas para o pessoal também da Locação Social do Dito, que estamos aqui para construir junto. Então, é só isso. Obrigada. **Sr. Sidney:** Pessoal, só retomando aqui, porque a Verinha pediu esse voto e, quando tem que ser voto, tem que ser voto, porque pode haver divergência e temos que ter aquele juízo de mérito e a convicção do que está votando. Na verdade, Verinha, hoje você tem uma surpresa. Não é voto. Nós não vamos chamar o bolo aqui para poder entrar para você, mas você vai receber uma devolutiva da Secretaria de Habitação. Quando é voto, é voto. Quando analisamos a situação, damos devolutiva de pleito. E aí o seu pleito, com certeza, vai ser objeto devolutiva e será atendido. É assim que funciona. Quando é voto, é voto. Quando não é voto, é um apoio. Quando não é um apoio, é uma deliberação. Quando é uma deliberação, é um retorno para a sociedade. E é isso que temos que fazer como gestor público. Independente de quem seja, temos que tratar as pessoas com isonomia e identidade. Está bom? **Sra. Kátia:** Antes da Denise falar, só para eu deixar, eu conheci algumas das famílias, elas vieram de uma reunião recente. Para essa surpresa, nós identificamos que essas famílias realmente estão cadastradas no Habita Sampa, que era a HABISP, o antigo HABISP, hoje Habitat Sampa, há muitos anos. Na realidade, elas estavam no corte de

atendimento habitacional definitivo e elas já deveriam ter sido atendidas. Então, o que está sendo feito aqui hoje é justiça. As famílias da Associação dos Moradores da Zona Noroeste vão receber atendimento habitacional definitivo sim, porque elas têm direito a isso. A Denise vai falar um pouquinho mais sobre isso. **Sr. Sidney:** Denise, você acompanhe a mesa e apresente o seu trabalho. Aliás, é um excelente trabalho que você faz à frente da coordenação técnica social. **Sra. Denise:** Vou ser muito breve. Obrigada, Secretária. Acho que algumas pessoas aqui me conhecem, mas eu vou me apresentar. Para os que não me conhecem, meu nome é Denise. Sou coordenadora de trabalho social aqui da Secretaria de Habitação. Recebi aqui uma demanda que está relacionada a um processo SEI, que é essa que a Kátia estava comentando e agora o Secretário também, que está no ponto da Coordenadoria de Trabalho Social para que consigamos dar prosseguimento para o processo. De fato, 133 famílias já se encontravam cadastradas no Habitat Sampa, que na época era a HABISP, e aí chegou mais uma demanda de 20, porque acho que compõe 150. Uma área técnica já fez o parecer favorável, com base até no nosso apontamento, e aí vamos começar, seguir com os trâmites fazer toda a parte de análise e de elegibilidade e tudo mais como seguimos com qualquer demanda fechada que vai ser atendida, e fazer análise dessas 20. Mas já entendemos que são 150 e elas terão atendimento conforme a Kátia falou o processo está aqui o número é o 6014 2024 0001083, que é com o pleito, e mais uma que é com o final 4617, que é com a planilha da própria regional pedindo a inserção. Então, já fizemos esse cruzamento. Então, super rapidinho, só para dizer que já está conosco, os processos já estão em posse da coordenadoria. Aí entrando com os mesmos trâmites que a demanda fechada. Então o encaminhamento já foi feito. **Sr. Sidney:** Agora nós temos o item 7.3 da pauta. Mas antes, o Dito quer a palavra, Dito, é isso? Pois não, pode falar. **Dito. Sr. Dito:** É verdade, fico muito orgulhoso, porque participei diretamente da criação do Conselho Municipal de Habitação e vejo que ele funciona. Então, vim aqui participar dessa reunião hoje para mim está sendo muito emocionante, vendo o debate, as deliberações das questões, o aprofundamento dos temas, enfim, e a solução dos problemas, que é o mais importante. Então agradecemos o Secretário, a Kátia, os técnicos, técnicas aqui e os conselheiros e conselheiras, e os militantes populares que estão aqui e o povo que está esperando resposta. Eu tenho acompanhado, estou acompanhando, desde 2005, a situação das famílias que foram removidas daquele conjunto habitacional. Não sei se vocês lembram do antigo Treme-Treme, do São Vitor, que era aquele prédio que era do lado do mercado municipal. Aquele prédio foi demolido pela Prefeitura, depois de um amplo processo de negociação, para poder transformar ali, fazer o projeto de reurbanização do Parque Dom Pedro. Está sendo construído naquele espaço o SESC, que é o SESC Parque Dom Pedro. E toda vez que tem um encaminhamento de alguma obra pública, porque, embora o SESC esteja uma entidade de caráter privado, ele presta um serviço público, e é um terreno público da Prefeitura que foi cedido para fazer a obra nesse projeto de reurbanização do Parque Dom Pedro. Quem passa lá vê a série de obras que está sendo feita em torno do mercado municipal. Depois da remoção do São Vitor, tinha mais um prédio do lado, gradado, como se fosse uma samambaia, que era o Edifício Mercúrio. Essas famílias ficaram morando lá até 2009. Para fazer a demolição do prédio, não tinha jeito, tinha que tirar as famílias do Mercúrio. E aí as famílias saíram em 2009, só que aconteceu o seguinte, o acordo e o acordo com a Prefeitura foi incluir as famílias, mesmo as famílias que tinham um imóvel particular dentro do São Vitor, porque a indenização foi muito baixa em programas habitacionais. Foram quase 800 famílias. A Prefeitura incluiu todo mundo em projeto habitacional. Então, vários conjuntos da Prefeitura, em prédios de locação social, na Vila dos Idosos, em vários lugares. Só que, nesse processo de remanejamento de famílias, sobram algumas famílias que, desde 2005 a gente veio acompanhando. Ou moradoras do São Vito, ou moradores do Edifício Mercúrio, que foram removidas em 2009. E eu venho, então, como advogado do Movimento Popular, do União do Desenvolvimento de Moradia, do Centro Gaspar Garcia, solicitando há muitos anos para a Prefeitura. A Kátia por várias vezes me atendeu aqui solicitando esse pedido, a Denise, para que essas famílias pudessem ser atendidas. E, finalmente, depois de um longo processo de discussão aqui, houve um entendimento que seria importante encaminhar um pedido ao Conselho Municipal de Habitação para a inclusão dessas famílias em programas habitacionais de atendimento provisório, através do auxílio-aluguel e, depois, incluir essas famílias em atendimento definitivo. Das 800 famílias já atendidas pela Prefeitura, restam mais ou menos entre 50 e 60 famílias. Conseguimos encontrar mais ou menos 50 famílias, 55, mas cinco não achamos ainda. Então, estamos pedindo, e a Prefeitura está buscando essas famílias para que possamos incluí-las no programa de auxílio-aluguel, e atender definitivamente e resolver todos os problemas dessas famílias que esperam há 20 anos o atendimento habitacional da Prefeitura. Foi por isso que apresentamos, através da conselheira Fátima, esse pedido de atendimento habitacional dessas famílias do São Vitor e do Mercúrio, porque todas já foram atendidas. Só faltam essas famílias serem atendidas pela Prefeitura. É isso. Quería agradecer o espaço aqui e a gentileza de abrir o espaço para poder trazer essa demanda ao Conselho. **Sr. Sidney:** Agora acho que a palavra passa para Denise novamente. **Sra. Kátia:** Bom, falando também da questão da demanda do São Vitor e do Mercúrio, dito como ele bem colocou, eu era diretora da Regional Centro e ele veio aqui. Fui coordenadora de trabalho social e ele veio aqui. Estou assessora do gabinete e ele veio aqui, sempre com o mesmo pleito, sempre solicitando que houvesse um entendimento da equipe técnica. A equipe técnica sempre entendeu que não daria para atender essas famílias. Na última reunião trouxemos quase toda a equipe técnica da regional centro para que eles corroborassem do

mesmo entendimento nosso, que era o entendimento meu, mas que nem sempre a equipe técnica compreendia a forma como esse atendimento teria que ser dado. E eu coloquei para eles o que entendemos como equipe social da Secretaria de Habitação. E a Denise vai falar bem mais do que eu. Existe a questão da legitimidade de uma demanda. Famílias foram removidas, não importa o que vai ser construído lá. Elas foram removidas para uma intervenção por obra que poderia ser realizada pelo poder público e hoje está sendo realizada por um privado, parcialmente com recursos públicos. Então, reconhecemos esse atendimento habitacional, reconhecemos que essa demanda é originária e reconhecemos que essa demanda precisa receber o atendimento. Estamos aqui para garantir os direitos dessas famílias e elas têm direito a esse atendimento. **Sra. Vera:** Para onde as famílias vão ser direcionadas? **Sra. Denise:** Essas estamos fazendo a vinculação para o Jaraguá. Essas não são do Mercúrio. Estamos trabalhando. Assim, geral, as 23 mil famílias que estamos fazendo estudo de vinculação, eu estou entendendo que vamos fazer um trabalho para atender em até dois anos. Alguns empreendimentos, aqueles que estiverem um pouco mais avançados, vamos já direcionando as famílias, mas... Isso não quer dizer que vai levar dois anos para fazermos contato com essas famílias. A ideia é que comece a fazer contato nos próximos cinco meses, a gente já acione a família, porque ela precisa organizar a documentação dela, assinar os termos de vinculação ao empreendimento, depois existe toda a parte de introdução à gestão condominial, escolha de unidades habitacionais, é um trabalho longo até chegar à entrega das chaves, entendeu? Então, assim, essas etapas pretendemos iniciar agora em maio, gradativamente conforme a evolução dos empreendimentos. Então, hoje eu estava conversando, ontem já estava conversando com a equipe já fazendo esse planejamento que eu vou apresentar para o gabinete e o gabinete vai validar conforme for, a ideia que consigamos, a nossa capacidade de atendimento é de duas mil famílias aproximadamente por mês. Então chama duas mil, aí no outro mês mais duas mil, entendeu? Então vai ser um trabalho bem puxado. Eu sou otimista, as a ideia é que consigamos sim, sem dúvida. Então, quando falamos em dois anos, é assim, ele está lá dentro da casa e já iniciamos o processo de pós-ocupação. Então, um cronograma mais ou menos desse período até o reassentamento e pós-ocupação. Agora, respondendo aqui a pergunta do item 7.3, que é a proposta de inclusão das famílias remanescentes, também em programa de auxílio aluguel. Então, o que vamos fazer agora? Nós recebemos a lista, vocês protocolaram. Ela virou um processo. A gente vai agora unificar esse processo, porque tem um já anterior que trata sobre isso. E começar a fazer análise individual de cada família. Vai começar a chamar as famílias. Isso é uma questão só de cronograma. É, porque a lista tá aqui já, já não falta mais nada, então só vamos alinhar, chamar aqui na central, eles precisam ficar atentos, os telefones precisam estar atualizados, tudo bonitinho, porque vamos acionar por telefone. Provavelmente aqui na central, que é o nosso ponto, por favor. Ou então até mesmo entrar em contato no Centro, porque como é um trabalho que eles já vão... Eu vou te dar o telefone corporativo depois, se caso alguma família mudou o telefone, ele já vai saber com quem falar. Então, já vamos ter uma equipe já específica para tratar disso. Então, é só uma questão de ajuste no cronograma e aí acredito que ainda este mês elas já começam a ser chamadas. **Sr. Sidney:** Denise, obrigado pelas suas colocações e apresentação dos itens 7.2 e 7.3. Obrigado. Pessoal, então concluídas as deliberativas, nós avançamos aqui para mais um item da pauta. É o 7.4, que diz o seguinte, é proposta de evolução pela COHAB referente às glosas pretéritas e futuras para as entidades do programa Pode Entrar. Foi um pedido da conselheira Maria de Fátima e eu passo aqui agora a palavra para o Nilson para que ele possa conduzir a pauta. Obrigado. **Sr. Nilson:** Vamos lá, é o seguinte, Fátima, você sabe que fizemos um grupo de trabalho, que você faz parte dele, inclusive. O financeiro da COHAB está estudando que tipo de ação pode ser feita para minimizar isso aí, ou talvez se a legislação permitir fazer um ressarcimento disso aqui. É uma ação que o financeiro... Eu tive conversa com o Murilo, hoje mesmo e esses dias aí, para diminuirmos esse fluxo que está tendendo às demandas do pagamento das entidades das obras por autogestão, que são as obras que estão mais prejudicadas. Eu sei que teve um movimento hoje, inclusive, ao redor do prédio. Teve um problema interno da Secretaria da Fazenda junto ao Banco do Brasil, que não tem nada a ver com as contas da Caixa, com a vinculação que já foi superada. Você pode ligar para algumas que já receberam hoje. Teve um problema interno da Fazenda lá. A questão da conta do Banco do Brasil e da Caixa Econômica está superada. Teve um problema interno da Fazenda com o banco, problema deles lá, que eles corrigiram e fizeram os pagamentos via TED lá. Até eu recebi um aqui para confirmar, porque a COHAB que nem a SEHAB tem acesso a quando a Fazenda quitou isso, os comprovantes de pagamento disso. E, voltando ao tema inicial aqui, esse estudo aqui não está concluído ainda, nós vamos participar junto com aquelas comissões que vão participar aqui para dar uma devolutiva e minimizar essa situação. Você já sabe que eu fiz uma proposta lá, que vamos levar, eu entendo ela como bastante válida, e que, para mim, vai resolver essa questão da carência de recursos inicialmente no Pode Entrar, principalmente no autogestão, que é o problema inicial aqui. As outras também sofreram problemas aí. Isso foi equacionado, os recursos estão disponíveis agora. Vamos entrar no fluxo normalmente e vamos resolver essas questões e vamos conversando e vamos evoluindo com vocês. **Sr. Fátima:** Eu só queria colocar para que todos entendam. Nós não colocamos aqui para a COHAB para falar que nós não queremos, não vai ter grossa. Eu acho que a entidade que gerar essa grossa, ela está com recurso na conta, e gerar essa grossa, claro que a entidade tem que pagar, porque ela estava com recurso na conta e não deixou de pagar um boleto. Só que nós estamos falando de conta que estamos pagando, de juros que estamos pagando, de cartório que estamos

pagando, quem está dando as causas para nós pagar essas coisas é hoje a COHAB, a Prefeitura. Então, é isso que estamos querendo. Não queremos pagar quando for causa da Prefeitura. Hoje, tiveram os companheiros das outras entidades, aqui na foto, que estavam sem receber desde janeiro. Imagina! A gente construindo obra, tocando obra, janeiro, nós recebemos janeiro, ainda não recebemos fevereiro. Quando eu estava aqui, mandaram para assinar lá. Eu sei que os técnicos estavam tudo ok, tinham dado que nós estávamos ok, concluímos a obra, analisaram a obra, a prestação de conta estava ok. E por que a demora de assinarmos a requisição de pagamento? Desde o dia 18 do mês passado. Hoje, nós recebemos outro cartório. Cada cartório é R\$ 400. Recebemos uma de R\$ 6.000 de cartório. É isso que nós estamos colocando para que nossos companheiros e companheiras entendam que nós não queremos pagar a grossa que está dando causa à Prefeitura, a COHAB, que está nos causando esse transtorno, que nós nunca tivemos. Eu falo que nossa entidade tem 40 anos e nós nunca tivemos um título em cartório. E hoje nós tivemos vários títulos, tivemos 18 títulos em cartório, devido a esse atraso da Prefeitura, esse atraso da COHAB de pagamento. Então é isso que nós estamos colocando aqui. Tem grossa, quando a entidade der causa da grossa, a entidade paga a grossa. Se for causa da COHAB, da Prefeitura de atraso de pagamento, nós não pagamos a grossa e não pagamos juros. É isso que estamos colocando aqui hoje. Obrigada. **Sra. Kátia:** Vou fazer um complemento à fala do Nilson. O pleito, Fátima, a proposta de devolução pela COHAB das glosas pretéritas e futuras deu uma outra conotação. Tem uma consideração importante que você está colocando aqui, que é a questão da glosa de responsabilidade do poder público. O que aconteceu? Essa glosa, ou qualquer outra glosa, ela tem aquela prerrogativa de causar o dano ao erário. Por quê? Porque quando você... E o Dito conhece bem disso, porque ele é advogado, e outros também. Temos esse problema de causar um dano ao erário e quem está causando esse dano ao erário. Existe uma questão de responsabilidade funcional, existe tudo aquilo que um funcionário público, um servidor público acaba assumindo como responsabilidade do lado de cá. Até por conta disso que toda essa proposta da questão do Pode Entrar entidades, tudo isso foi vinculado a um processo que está em andamento na Controladoria Geral do Município. Por quê? Porque a Controladoria Geral do Município é um órgão interno da Prefeitura que nos ajuda, de certa forma nos auxilia, quando os nossos processos não estão andando corretamente, quando eles entendem que esses processos precisam de uma certa adequação. E o que também entendemos? O seu pleito, ele é interessante, mas para deliberar sobre um pleito desse, precisaríamos de uma justificativa muito robusta, uma justificativa técnica e jurídica muito pesada para dizer assim, olha, entendemos que é legítimo o pedido e precisamos que isso aconteça. A Controladoria se manifestou favorável em um dos relatórios. É só para concluir, para você entender. Não estou dizendo que está errado. O que estou querendo dizer é o seguinte. Existe um processo aberto na controladoria geral do município. E acho importante, como ele já existe, já está em andamento, que tudo isso que você está solicitando aqui tivesse um respaldo, uma justificativa. Precisamos de uma justificativa técnica e jurídica para devolver recurso. Entendeu? Eu entendi o pretéritas e futuras e quando isso for causado pelo Poder Público. Eu entendi, mas é uma glosa. É uma glosa que vocês querem receber o recurso daquilo que vocês não pagaram por conta do município, não é isso? Eu não paguei essa conta aqui porque a COHAB atrasou o pagamento. **Sr. Fátima:** Essa grossa, quando ela vem para a entidade, ela sai do bolso das famílias. A entidade não tem o dinheiro para cobrir. Então, é aquele meio de rateio das famílias. Tem família, que não tem condições de pagar a grossa que está vindo lá, do jeito que está. Então, está sendo um sofrimento muito alto. Nós tínhamos um fundo de caixa que essas famílias rateariam entre elas para pagar alguma coisa e deixar futuro para eles arrumarem. Hoje, não temos mais isso. Porque, como eu chego de novo na família e falo, hoje vem o nosso tanto de grossa. Hoje nós temos o tal... Mesmo sabendo que tudo está sendo gerado devido a esses atrasos. Então, eu acho que há um meio de justificar isso na Procuradoria, falando na questão dos atrasos, que é muito tempo. A gente conclui a obra... Estamos concluindo essas obras, Secretário, para o senhor entender na unha. Porque se não tivéssemos parcelando para comprar, nunca que iríamos chegar na obra longe. A nossa obra está a mais de 60% hoje, praticamente chegando a 70%. Mas, se não tivéssemos comprando parcelado, não estaríamos com isso hoje. É o que está ocorrendo. Até agora nós recebemos duas parcelas dentro de um mês. Um ano de obra. Duas parcelas. Todas outras foram atrasadas. Todas. E não tem como comprarmos à vista para sair dessa questão de não ter custo, de atraso, de o boleto atrasar. Não tem, porque quando recebemos, já tem que pagar tudo que está atrasado. Nós recebemos a parcela de janeiro em fevereiro. Quando nós chegamos para lá, nós estávamos devendo já R\$ 300 mil, ou a obra parava. Você entendeu? A questão é essa, que esse dinheiro está vindo das famílias para pagar a grossa. Não pode tirar dinheiro do recurso e não tem outros meios. Então, é essa a questão. Eu acho que isso dá para justificar a Procuradoria, que o dinheiro tem que sair da família para pagar, porque não podemos pagar do recurso. **Sra. Kátia:** Bom, completando aqui... **Sr. Dito:** Posso fazer uma sugestão nesse caso? **Sra. Kátia:** Claro, pode sim. **Sr. Dito:** O Nilson falou que foi formado de fato um grupo de trabalho com a comissão, essa comissão tem quatro representantes, que é a Fátima, o Nunes, a Renata e Evani. É a mesma comissão que trabalhou no Pode Entrar. E a ideia é que esse grupo de trabalho comece a reportar aqui ao CMH essas informações. Para que o CMH também monitore. Essa questão da responsabilidade, talvez merecesse fazer uma conversa com a Controladoria, para que ela pudesse amparar. Porque como é que a associação vai ficar se ela tiver esse ônus, que é tão grande que está comprometendo inclusive o cronograma de obras? Então é essa a questão que nós

estamos levantando. Evidentemente, teria que estar aqui colocando a faca no pescoço no registro do Conselho, não, tem que ser desse jeito. Mas está trazendo a discussão para dentro do Conselho, para que façamos uma discussão coletiva, porque está sendo muito pesado. As associações têm o ônus de pagar aquilo. Aquilo, como a Fátima falou, aquilo que é responsabilidade da associação, a associação tem que pagar. Mas aquilo que não for responsabilidade da associação, é preciso encontrar uma alternativa para podermos concluir adequadamente o projeto. É isso. **Sr. Nilson:** Eu concordo com isso. Dito, e na verdade, eu já coloquei nesse sentido. Eu já coloquei nesse sentido para arrumarmos uma solução. Solução que seja favorável a todos, porque o Poder Público também tem as restrições. **Sr. Dito:** Certamente o Conselho vai ter que aprovar isso. **Sr. Nilson:** Não sei dizer, depende da legislação. As vezes, a legislação impede algumas coisas. Não sei dizer. **Sr. Fátima:** Mas o Financeiro falou se não passasse aqui no Conselho, tinha que passar no Conselho. **Sr. Nilson:** Isso nós temos que ver, Fátima. Isso aqui tem que ser levantado pelo jurídico e ter exploração técnica para ver isso aí. Não é simplesmente que você passa assim, paga aí e paga. Isso não pode acontecer. **Sr. Fátima:** Mas o jurídico estava nesse dia. **Sr. Nilson:** Tudo bem, ele vai participar, vai encaminhar. Hoje não tem uma solução efetiva para isso. Tem uns estudos que vão ser feitos, inclusive se você faz parte da comissão, junto com os outros três. **Sr. Dito:** O grupo vai trabalhar, vai reportar. **Sr. Nilson:** O grupo vai trabalhar e vai trazer aqui - O que dá para fazer é isso, e o que não dá para fazer, até onde dá para chegar. **Sr. Sidney:** Então, pessoal, está firmado, então, o compromisso aqui em relação ao Grupo de Trabalho, trazendo a evolutiva com relação ao item 7.4 da pauta. E aí avançamos no item 7.5, que é o contrato de financiamento do aposentado Valdir Alves Sena, que também foi uma solicitação da conselheira Maria de Fátima. **Sr. Dito:** Então, em primeiro lugar, eu queria pedir para o Sr. Valdir vir aqui. Sr. Valdir, você está aqui na frente. O Sr. Valdir é uma pessoa idosa. Ele nos procurou no movimento de moradia do outro dia e ele tem um financiamento habitacional. Ele pode, talvez, explicar a situação dele pela SPDA, pela COHAB, só que ele tinha uma dívida e essa dívida foi transferida para a carteira da SPDA, que é aquela carteira que hoje administra todo o passivo de financiamento do Fundo das compensações das variações salariais, que são os antigos financiamentos da COHAB, das COHABs antigas. Só que o Sr. Valdir, por ser uma pessoa idosa, ele não está conseguindo suportar os dois pagamentos. Ele fez um acordo na SPDA, mas não consegue pagar o acordo. Como ele não conseguiu pagar o acordo, a SPDA bloqueou o financiamento dele. E ele vai ser despejado. O caso do Sr. Valdir é o caso de milhares de pessoas idosas hoje que estão vivendo essa situação. Por isso, Secretário, eu que falei, vamos levar esse caso ao Conselho de Habitação para que, a partir do caso do Sr. Valdir, pudesse achar uma solução coletiva para o problema, porque ele vai ser despejado. Como é que nós vamos resolver o problema dele? Se a COHAB não desbloquear o financiamento e não fizer um acordo que seja fácil dele conseguir pagar, porque ele vai perder a casa dele. Então, eu queria que ele pudesse contar um pouco a história e ver se conseguimos achar essa solução. Secretário, porque é muito grave a situação hoje das pessoas idosas, que tem que pagar um acordo na SPDA e, ao mesmo tempo, um financiamento habitacional de um conjunto que ele está há quase 50 anos pagando. Deu para entender o seu problema? E são milhares de pessoas idosas nessa situação. **Sr. Valdir:** Boa tarde a todos. Muito obrigado, Dito, por fazer a explanação do meu caso. O que ocorre é o seguinte. Eu moro na COHAB I em Artur Alvim, e infelizmente, pela vida, a gente errou, porque não cumprimos os acordos. E, não cumprindo os acordos, sempre há algum motivo, e o motivo geralmente familiar, doença, desemprego, filhos que pedem ajuda dos pais e tudo mais. Esse último acordo que eu fiz com a SPDA, porque ela disse que eu ia perder a casa. Só que, praticamente, a SPDA me vendeu o imóvel de novo. Hoje eu estou pagando, estaria pagando R\$ 465,00 a prestação, mais R\$536,00 do acordo, o que daria isso quase metade do meu salário, porque sou aposentado e aposentado por invalidez. Meu CPF, não posso ter mais nada a não ser a aposentadoria. Então, está sendo inviável para mim. Hoje quero pagar a prestação e não tenho condições porque eles não fornecem o boleto. **Sr. Dito:** Eles bloquearam o pagamento dele. **Sr. Valdir:** Se eu não pagar o acordo, eles não me fornecem o boleto. Eu não tenho condições de pagar a prestação e o acordo ao mesmo tempo. Esta é a minha situação. Gostaria que vocês revissem. Porque eu quero pagar pelo menos a prestação, e pagar o acordo, lógico, mas de acordo com a minha possibilidade, de acordo com a minha renda. Se eu pagar 1.200 reais por mês de acordo e prestação, como é que fica? E nós, aposentados, infelizmente, caímos tudo naquelas consignadas. Não adianta, a vida começa desse jeito. **Sr. Nilson:** Acontece o seguinte, nós temos aqui o Walmirinho da recuperação de crédito, que é o lá do financeiro. Até que eu gostaria que ele explanasse como é que funciona uma renegociação com o aposentado que tem um vínculo com a idade, do parcelamento restrito ao prazo existente lá pelo sistema que existe hoje no Brasil, referente à idade dele. Eu não sei qual é a idade do senhor, independentemente disso aqui, esse parcelamento, esse crédito que foi feito, não é mais da COHAB. Esse financiamento passou a ser de propriedade da SPDA. O imóvel em si continua da COHAB, mas o crédito do financiamento é da SPDA e as regras são estabelecidas pela SPDA. Walmirinho, você poderia explicar alguma coisa referente a essa negociação? Qual a diferença dessa negociação entre a COHAB e a SPDA? Se existe diferença em função dessa situação que o senhor está passando aqui? **Sr. Walter:** Boa tarde. A Fátima foi quem pediu, nós não temos, acho que é claro para todos, nós não temos mais a gestão sobre os créditos cedidos para SPDA. Então nós não temos mais a informação de tudo que foi cedido. Esses créditos eram da Prefeitura. O que temos para informar para o senhor, é que o senhor procure a Barão de Itapetininga e coloque essa situação

para eles. Nós não temos mais gestão. Então, nós não temos ação sobre os créditos da SPDA. Nós não podemos dar parecer nenhum sobre o crédito cedido para a SPDA. Nós não temos contrato de prestação de serviço. Nós não temos mais ação sobre o crédito. Diga aí, Maksuel. **Sr. Maksuel:** A unidade habitacional é da COHAB. Correto? **Sr. Walter:** Sim, a unidade habitacional é da COHAB, e o crédito é do Fundo. **Sr. Maksuel:** Quero entender, porque estou entendendo, mas não está entendendo. Walmirinho, vamos lá. Vamos ver se os companheiros aqui me ajudam. A unidade habitacional é da COHAB. **Sr. Walter:** Continua da COHAB. **Sr. Maksuel:** Da COHAB. Você falou que o crédito... **Sr. Walter:** O financiamento foi cedido para a SPDA. **Sr. Maksuel:** Mas por quê? **Sr. Walter:** Cedido porque ele era da Prefeitura. A COHAB virou dependente da Prefeitura em 2010. E para virar dependente, a Prefeitura pegou esses créditos. E hoje eles são da SPDA. A Prefeitura contratou a SPDA, foi montado um Fundo. **Sr. Dito:** Não, já existe a empresa, São Paulo Desenvolvimento de Ativos. E a COHAB não tem mais vínculo nenhum. **Sr. Maksuel:** Mas essa São Paulo Desenvolvimento de Ativos é de quem? **Sr. Walter:** Da Prefeitura. É uma empresa mista. **Sr. Maksuel:** Mas a gestão do crédito, a gestão da unidade habitacional é da Prefeitura, então cabe ao Conselho Municipal de Habitação, correto? **Sr. Walter:** Não cabe ao Conselho Municipal, esse assunto não deveria nem ter sido colocado aqui. **Sr. Dito:** Claro que cabe. **Sr. Walter:** Esse crédito não é do Fundo Municipal de Habitação. **Sr. Maksuel:** Não, o crédito, mas a unidade é. **Sr. Walter:** A unidade era da Prefeitura, não é do Fundo Municipal. **Sr. Maksuel:** Foi concedido para o SPDA. **Sr. Walter:** Existe uma carteira, da Prefeitura, existe uma carteira da COHAB, existe uma carteira do Fundo Municipal de Habitação. Este crédito nunca foi do Fundo Municipal de Habitação. Então, não é assunto nem para ser discutido nesta reunião. **Sr. Dito:** É política de habitação, é sim. **Sr. Walter:** Mas não é do Fundo Municipal de Habitação. **Sr. Maksuel:** O Conselho delibera sobre a política habitacional de habitação do município de São Paulo, e tem uma prerrogativa de deliberar sobre a questão do Fundo Municipal de Habitação. Só para questão de entendimento, para não debatermos aqui. É importante sabermos isso. Provavelmente vão aparecer um monte de situações dessas. Está entendendo? Então é importante sabermos. Porque a unidade habitacional ainda consta em COHAB, pelo que eu entendi, é da COHAB como gestão, está lá, vem o boleto da COHAB. **Sr. Walter:** O boleto que vai para o mutuário é do Fundo da SPDA, não é da COHAB. **Sr. Maksuel:** Você não tem dois financiamentos, então? **Sr. Walter:** Não tem dois financiamentos. Ele tem um financiamento que quem toma conta, o dinheiro cai na conta desse Fundo, que é da SPDA. A COHAB não tem gestão nenhuma sobre os valores. **Sr. Dito:** É o seguinte, a COHAB, ela entregou, vamos dizer assim, como ela está administrando uma carteira. **Sr. Walter:** Que a COHAB administrava. **Sr. Dito:** Que ela administrava. Ela transferiu essa carteira, que é super complicada para essa empresa chamada SPDA. **Sr. Maksuel:** Que é da Prefeitura. **Sr. Dito:** Essa empresa de ativo. Só que a propriedade do imóvel ficou sob a responsabilidade da COHAB, mas a gestão dos créditos para essa empresa. Só que vai acontecer o seguinte, vai ter um monte de pessoa idosa, que mora no conjunto da COHAB e não está conseguindo pagar o acordo da SPDA. Se ele for lá na Barão de Itapetininga agora, a SPDA não desbloqueia o pagamento e ele vai ser despejado. Aonde ele tem que vir? Tem que vir aqui na COHAB para tentar uma solução. **Sra. Cristina:** Pessoal, dá licença só um minutinho. Vou só contextualizar para vocês essa aparente confusão. Em 2010, a COHAB, vocês se lembram que a COHAB, para construir habitação, ao longo dos anos, ela foi fazendo empréstimos com o governo federal, BNH, e fez diversos empréstimos federal. Em 2010, a COHAB chegou numa situação em que ela não conseguia pagar a sua dívida com o governo federal. O que a Prefeitura fez? Ela encampou toda a dívida da COHAB, ela assumiu a dívida da COHAB e todos os créditos, todos os contratos vinculados ao FCVS que estavam garantindo essa dívida. Então, a Prefeitura pegou 32 mil contratos da COHAB que estavam segurados pelo FCVS e assumiu a dívida também. A época isso era o quê? Dois bilhões? Era um bilhão e alguma coisa. Então, nesse momento, a COHAB deixou de ter direito sobre esse crédito, tanto das parcelas quanto do crédito do FCVS. Tanto que hoje recebemos o FCVS e o dinheiro vai para o Tesouro, ele não vem para nós. Em 2017, a Prefeitura decidiu que essa carteira que estava lá com eles, esses créditos que estavam com a Prefeitura, de 2016 para 2017, em 2016 eles resolveram securitizar essa carteira. O que eles fizeram? Eles transformaram isso num Fundo de investimento imobiliário na Bolsa. Então todos esses contratos estão seguros e estão vinculados a um Fundo de investimento na Bolsa de Valores. A SPDA ela existe para isso, para administrar crédito. Então a COHAB não tem direito sobre o título, portanto não temos gestão sobre a carteira. O patrimônio é da COHAB, mas como o patrimônio está garantindo o contrato, num caso de retomada de imóvel a SPDA leva o imóvel a leilão. E a COHAB não tem o direito de se manifestar sobre isso. Então, é um assunto complicado para nós, porque ficamos de mãos atadas. Temos toda a responsabilidade. Por exemplo, se as pessoas que estão nesses 32 mil imóveis não pagarem o condomínio, quem é processado é a COHAB, porque o patrimônio é nosso. Mas, na hora de receber o crédito da carteira, a receita da carteira, o dinheiro vai para esse Fundo da SPDA. **Sr. Maksuel:** Então, achamos a raiz do problema, se esses 32 mil imóveis não pagar algum tipo de imposto, aí vai para a COHAB. **Sr. Nilson:** Se não tiver regularizado. **Sr. Maksuel:** Mas dos 32 mil estão regularizados ou não? **Sra. Cristina:** Nem todos. **Sr. Nilson:** Desses antigos, uma grande maioria. **Sr. Maksuel:** Se não estiver regularizado é de responsabilidade da COHAB ou se estiver regularizado? **Sr. Nilson:** Maksuel, é o seguinte, a responsabilidade do IPTU é do morador que está lá. **Sr. Maksuel:** Se a responsabilidade é da COHAB, sobra para quem deliberar esse recurso. **Sr. Nilson:** O

fato de estar regularizado, é uma titulação de documento, que não tenho na mão para te dar. Esse é o fato da regularização. **Sra. Cristina:** Maksuel, estou entendendo a linha de raciocínio que você está tentando construir, só que acontece o seguinte, a COHAB é uma empresa de sociedade de economia mista, antes disso é dependente. Então assim, toda ação da COHAB, ela é sujeita a um Conselho Fiscal, administração, Diretoria Executiva e Assembleia Geral, que é o nosso acionista majoritário, a Prefeitura. A SPDA segue o mesmo caminho. Ela é uma empresa de sociedade de economia mista, de direito privado, ela tem um Conselho também, um Conselho fiscal de Administração e o acionista majoritário continua sendo a Prefeitura. A única coisa, o único ponto que é em comum é o acionista majoritário. **Sr. Maksuel:** Você falou um ponto importante, sobre a questão do crédito, quem administra é a SPDA. Correto? **Sra. Cristina:** Isso. **Sr. Maksuel:** Se tem algum ônus, quem paga é a COHAB. Correto? **Sra. Cristina:** Isso, numa ação judicial de condomínio, normalmente a administradora aciona a COHAB, porque na escritura está no nome da COHAB. **Sr. Maksuel:** Os ativos da COHAB são referente a qual Fundo? **Sra. Cristina:** Os ativos da COHAB são da COHAB. Do FMH é só a carteira vinculada. **Sr. Walter:** Não tem nada a ver com este Conselho. **Sr. Dito:** Secretário, sobre essa questão, no caso do Sr. Valdir, eu acho que Diretoria do Social ou o Financeiro poderiam pelo menos fazer encaminhamento de Ofício solicitando desbloqueio do pagamento para ele poder pagar pelo menos uma parte. **Sr. Nilson:** Essa gestão não é da COHAB. **Sr. Walter:** Nós não temos mais controle sob esses créditos. **Sr. Nilson:** Posso enviar Ofício para lá, mas só isso. **Sr. Walter:** O máximo que conseguimos é direcionar o senhor para lá. **Sr. Dito:** Direcionar como? **Sr. Walter:** O senhor ir lá na Barão de Itapetininga. **Sr. Dito:** Mas ele já foi e não consegue, por isso que ele está aqui no Conselho pedindo um apoio. **Sra. Vera:** Eu não sei se todos sabem, mas é a minha origem, eu sou mutuaría CDHU. Na época ainda do finado Mário Covas, trabalhei na obra, mutuaría, financiamento 25 anos. E estou lá. Falta pouquinho. Com 3 mil reais hoje, eu quito o meu apartamento. Mas não compensa quitar prestações, cento e pouco. Mas eu só queria fazer, estou falando isso, para fazer um comentário do que tem acontecido. Então assim, eu como qualquer um cidadão já atrasei a minha prestação da CDHU, como vários mutuários, não sei se se alguém aqui conhece. Quando a gente atrasa, a gente vai lá na CDHU, vê o saldo, quantas prestações você atrasou, pega o valor da sua prestação e o que você está a dever e aumenta um pouquinho nas que faltam. Então minha prestação, essa é a regra financiamento CDHU, que eu já fiz acordo CDHU, não aumentou 25 anos, manteve os 25 anos, que é 25 anos, só que aumentou, em vez de eu pagar 100, 120, 130, e assim a qualquer outro mutuário. O que eu estou sabendo, do caso desse senhor e de outros, João, Maria, José, é que, além da prestação, cancela aquele contrato e faz um novo contrato. E está pagando duas vezes o apartamento. Olha o que está sendo feito, que doideira. Além dele pagar 400 e pouco, ele vai lá, cancela aquele contrato e está pagando mais 500 e pouco. É um novo contrato. Que doideira é isso? Então, eu acho não, gente. Eu penso que nós temos que convocar, sei lá, intimar para fazer esse debate. Assim, primeiro que já é um absurdo nós, enquanto uma companhia, perder o controle dos seus beneficiários. Já é um absurdo. Para mim, a COHAB tem que ser tem que ser responsáveis. Aí passa para o outro, que também é da Prefeitura, que está lascando conosco. Eu falo conosco porque deve ter muitas famílias nessa situação. **Sr. Walter:** Só para deixar claro que a carteira que a COHAB tem e, do Fundo, nós temos essa opção, quantos mutuários vocês já mandaram para nós que vão na central e conseguem renegociar. O que nós não temos gestão é sobre os mutuários que foram na carteira da SPDA. Agora deu para entender. Existem carteiras. **Sr. Maksuel:** Mas podemos convocar o Presidente da SPDA. Não é para questionar, não é para brigar com o cara, é para dar uma proposta: Podemos fazer dessa forma? Podemos fazer uma tratativa? **Sr. Dito:** Ele vai ser despejado. **Sr. Sidney:** Como foi bem mensurado aqui, nós estamos falando com uma empresa de direito privado, no que pese a Prefeitura ser acionista também. Pelo que o arazoado que foi explicado também, eu entendo que Existiu um crédito, esse crédito foi considerado um crédito não recuperável pela COHAB, aí com certeza foi feita uma lei e foi habilitado esse Fundo para que esse Fundo fizesse a gestão desse crédito. Isso é o resumo da nossa conversa aqui, da nossa manifestação. Então, o que ocorre? Como é uma empresa de direito privado, vamos primeiro não é convocar no CMH. Vamos ver quem são os interessados aqui. O senhor me organiza duas pessoas para acompanhar o senhor aí, o interessado e mais duas pessoas, e vamos chamar ele lá para conversar, entender essa situação. Porque estamos falando aqui de uma empresa que é de direito privado. Se fosse essência pública, eu ia falar, tem que convocar aqui, vamos chamar o cara na próxima reunião. Mas não é. Então, aí vamos entender as ponderações, vamos colocar o caso aqui do Sr. Valdir para eles e vamos ver se eles conseguem também adotar um critério, digamos assim, mais justo, alguma coisa com relação a essa política. Eu digo o seguinte, fui peço de surpresa pela pauta porque não sei qual é a base, o fundamento do Fundo e como ele faz essas correções de valores, atualizações, enfim, não conheço o detalhe. Eu digo também que já participei de algumas reuniões desse SPDA, de algumas tomadas e decisões. **Sr. Dito:** Secretário, tinha certeza que pouca gente do Conselho conhece esse problema. **Sr. Sidney:** Dito, eu sou conselheiro lá na SPDA. Eu represento a Prefeitura, por isso estou te falando. Primeiro, por isso não é oportunidade de fazer convocação pelo regimento deles, mas para podermos entender é lá na SPDA com as pessoas, com o jurídico deles, com o presidente, o caso do seu Valdir. Vamos fazer dessa forma, então, o encaminhamento? Pode ser, gente? Quem vai participar? Verinha, Fátima e o Sr. Valdir. Verinha, depois você vê com a secretária da mesa aqui, procura a Andréia, pede para a Andréia agendar na SPDA. **Sr. Maksuel:**

Quero participar também. **Sr. Sidney:** Max, quer participar lá, Max? Tá bom. Tá bom? Ai quatro pessoas, tá bom. Podemos fazer dessa forma? Ai você vê com a secretária da mesa, ela vai organizar pra você lá, tá bom? A reunião, Verinha. Aqui agora, no item 8, que são outros assuntos para podermos encaminhar e depois tomar o caminho da roça. O Aguinaldo pede a palavra aqui, o conselheiro. Vai lá, Aguinaldo. **Sr. Aguinaldo:** Eu queria aqui primeiramente parabenizar a reunião que, dependente dos lados ideológicos, o Conselho tem tomado um rumo que tem nos agradado muito. Dentro das pautas temos conversado, e esse é o intuito do Conselho, foi desde o início lá. E, nessas duas últimas reuniões nós temos visto que, conversando, deixando as ideologias de lado, conseguimos avançar aqui no Conselho. Foi muito boa a reunião. E também, dentro dessa linha, eu queria, como a nossa querida Zilma partiu, temos uma vaga, na executiva, o seu Luiz está debilitado, ele é o suplente, e eu queria aqui, no Conselho da Executiva, referendar o nome do Maksuel como suplente aqui da Executiva, se nós podemos fazer essa votação aqui e indicar o companheiro Maksuel, que tem contribuído e muito aqui na Executiva, se poderia pôr em pauta aí. **Sr. Sidney:** Com relação a esse assunto, eu vi que não existe previsão legal dentro do regimento com relação à indicação, o referendo. O que eu submeto aí é que coloquemos à apreciação da Secretaria da Mesa e peça uma manifestação jurídica não havendo essa previsão legal para que indique. O certo mesmo aqui, Max, seria propor a votação. Vota, habilita e ganha no voto. Esse é o método mais claro e não referendar. Porque aí estaríamos realmente cumprindo o rigor da lei. Esse é o meu ponto de vista. **Sr. Aguinaldo:** Mas se não tem, que nenhuma vez aconteceu, se não tem no regimento algo que fale, mas não tem algo que fale contra também. Eu acho que se o Conselho é que nós podemos deliberar algo, nós podemos deliberar o nome do companheiro que é conselheiro. **Sr. Sidney:** Sim, mas aí marcamos, coloca na pauta e as pessoas apreciam e votam. Eu tenho muita convicção que o Maksuel, pelo trabalho dele, certamente ele será votado. Mas temos que fazer isso dentro... Não existe a previsão legal. Vamos fazer de um jeito que depois a gente não tenha nenhum... **Sr. Aguinaldo:** Mas o senhor sugere que vá para o Pleno? **Sr. Sidney:** Não, acho que pode colocar esse pedido de votação para ele. Secretária, você está de acordo? É isso mesmo? Colocar na próxima reunião, na próxima reunião do Pleno, Max, e colocar isso aí lá para que faça a votação. Ai vamos seguir o rito. A vaga suplência. **Sr. Maksuel:** Vamos lá. Vamos conversar aqui para nos entendermos. Tudo é conversado, é entendido. Sobre a questão da Executiva. Quando você faz a eleição, tem a convocação normal para você constituir a questão da Executiva do Conselho Municipal de Habitação, quem faz o chamamento ao Secretário municipal e aí quem vota são é o colegiado. É o pleno que faz a votação e indicação e o pleno volta. No regimento interno não tem prerrogativa de substituição. Não tem prerrogativa nenhuma de substituição. Não está prevendo a substituição. Na ausência do conselheiro titular, infelizmente como foi colocado sobre a questão da companheira Maria Zilma, e também na ausência de debilitação no sentido do companheiro Luiz por doença. A Executiva tem essa prerrogativa. Ai fica de aconselhamento da Executiva. Se quiser aprovar na Executiva e pro pleno não tem problema nenhum, mas eu não vejo nenhum tipo de problema. Quando não há, quando não há na lei nenhum tipo de impedimento, a Executiva tem as suas deliberações próprias. **Sra. Mª Helena:** O que o Sidney estava falando seria até plausível, passarmos pelo parecer jurídico. Porque o que aconteceu? Hoje, a Maria Zilma teve um voto na plenária pelos titulares, certo? O que aconteceu? Hoje está um cargo vago e teria que ter uma votação dentro da plenária, já que já saiu da plenária. **Sr. Maksuel:** Você falou justamente o que nós queríamos ouvir, saiu da Plenária, o Conselho já está constituído, a Executiva já está constituída. Hoje tem duas faltas. **Sra. Mª Helena:** Não, não tem duas faltas. Hoje, a Executiva, a Maria Zilma, ela é suplente, certo? A titular é a Simone. O Luiz Fernando, ele não está fazendo parte na Executiva. Ele não é da Executiva, ele é da plenária. **Sr. Dito:** Quem são os membros da Executiva do CMH? **Sra. Mª Helena:** Então, hoje quem está é o Aguinaldo, com a suplência da Paulina. Tem a Simone com a Maria Zilma. E temos a Vera titular e a Fátima com suplente. Tem a vaga da Maria Zilma, suplente da Simone. A gente faz a votação na plenária. Porque é só na próxima plenária ter a votação. **Sr. Maksuel:** Não, é só uma referendação, você colocou se pode ou não pode, não tem previsão se pode. **Sra. Mª Helena:** É só isso, chegar na próxima reunião... **Sra. Vera:** Não tem divergência. Assim, indiretamente você está já no Conselho, mas oficialmente o Pleno tem que referendar. **Sr. Aguinaldo:** Só que assim, não tem base dentro do regimento. Dá duas interpretações. **Sra. Vera:** Levamos para o Pleno. **Sr. Sidney:** Então, pessoal, vamos fazer um encaminhamento, então, para que levemos para o pleno. Nós não temos objeção, e eu tenho certeza que você vai sair vitorioso, Maksuel. O meu voto você já tem. **Sra. Kátia:** Gente, o pedido do Maksuel é o seguinte, ele está pedindo para que a Executiva referenda o pedido do pleno para que ele componha a Executiva, é isso. Ele quer que vocês digam assim - Posso encaminhar um pedido para o Pleno? Pode, então está bom. **Sr. Sidney:** Vamos fazer dessa forma. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Nilson Edson Leônidas encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [103001168](#) | Despacho Autorizatório

SEI Nº: 7610.2023/0005983-8

Assunto: Atendimento Habitacional

Interessado: Ocupação "Iimirim - Atlântico Meridional"

Considerando as informações constantes nos autos, em especial a manifestação juntada em docs. [095335096](#) e [103001209](#), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A concessão do benefício do Auxílio Aluguel na modalidade continuado, aos municípios abaixo descritos, com fundamento no Art. 2º, Inciso I da Portaria nº 131/SEHAB.G/2015;

N	Nome completo (do(a) beneficiário(a))	CPF (do(a) beneficiário(a))
1	Abimael Almeida Alves da Silva	562.***.***
2	Adriana Rubino da Silva	089.***.***
3	Amanda Santos Silva	045.***.***
4	Ana Marcia de Lima	294.***.***
5	Brenda Cristina Barbosa de Paulo	411.***.***
6	Bruno Almeida Muniz	388.***.***
7	Carolina Santos de Souza	372.***.***
8	Dalia Rosa Bustos	708.***.***
9	Danielle Ferreira Dourado	631.***.***
10	Edinaldo Pereira da Rocha	086.***.***
11	Elisângela Mendonça Pinto Costa	031.***.***
12	Francisco Costa da Paz	714.***.***
13	Gabriela Trevisani Souza	374.***.***
14	Helena Bulhões de Sousa	358.***.***
15	Inara de Moraes Sobral	517.***.***
16	Jose Adilson dos Santos	423.***.***
17	Jose Joaquim dos Santos	188.***.***
18	Jurandir Silva Santos	357.***.***
19	Leonardo Jose do Nascimento	136.***.***
20	Leonardo da Silva Oliveira	358.***.***
21	Luma Martins Pinto Andrade	372.***.***
22	Luizina Peruse dos Santos Francisco	338.***.***
23	Marcia Dias dos Santos	386.***.***
24	Marcia Nascimento de Oliveira	391.***.***
25	Marcolina Maria da Silva Freire	000.***.***
26	Maria de Los Angeles Santiago Bustos	712.***.***
27	Maria Edjane de Moraes Tavares	307.***.***
28	Maria Rosa Alves	148.***.***
29	Mariana Cristielli Ferreira Gomes	449.***.***
30	Regiany Aparecida Machado Marçal	247.***.***
31	Rosélia dos Santos da Conceição	038.***.***
32	Simone Gomes dos Santos	174.***.***
33	Sueli da Silva Carvalha	006.***.***
34	Tatiana Manoel Barreto	334.***.***
35	Tatiane dos Santos Silva	320.***.***
36	Yagho Christopher Oliveira Mendonça	438.***.***

2. A concessão de Atendimento Habitacional Provisório - Verba de Auxílio Mudança, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para cada uma das famílias indicadas, nos termos do Art. 3º, Inciso III, da Portaria nº 131/SEHAB/2015;

3. A inclusão dos municípios descritos acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo desta Secretaria (Demanda Fechada), com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;

4. O encaminhamento para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [091242641](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI nº: 6014.2023/0001602-8

Interessada: Cristiane de Almeida Alves CPF: 782.***.***

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI nº 091014175, [091013853](#) e [091246544](#) que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A nova inclusão da munícipe Cristiane de Almeida Alves CPF: 782.***.***, no benefício Auxílio Aluguel, com fundamento no art. 2º inciso I, da Portaria SEHAB nº 131/2015;

2. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [096826770](#) | Despacho Autorizatório

SEI: 6014.2023/0004198-7

Interessada: Marta Ribeiro Rodrigues Rocha

Considerando as informações constantes nos autos, em especial a manifestação juntada em doc. [096822922](#), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A inclusão em Auxílio Aluguel da munícipe Marta Ribeiro Rodrigues Rocha, CPF: 148.***.***, com fundamento no Art. 2º, inciso I da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB nº 131/2015;

2. A concessão da Verba de Auxílio mudança, no valor de R\$ 900,00(novecentos reais), com fundamento no Art. 3º, inciso III,

da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB nº 131/2015;

3. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;

4. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [103033828](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI nº: 6014.2024/0001974-6

Interessada: Catia Oliveira de Jesus CPF: 411.***.***

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI nº 10258651 e 102584506, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, em atendimento a Determinação Judicial, contida em doc. [103027953](#).

2. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

DIVISÃO DE TRABALHO SOCIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [103821922](#) | Despacho deferido

6014.2024/0000483-8

Despacho deferido

À vista dos elementos constantes em doc. [098231948](#) em especial a manifestação em doc. [103053315](#), devidamente acolhida pela Coordenadoria de Trabalho Social - CTS desta Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB que Decido com base na Portaria 141/2014 item 1, inciso 1.1, letra "d":

a - **REVOGAR** a permissão de uso do imóvel localizado na Rua José Galvez, 44 Bloco SO4 Apto 24 - Jaraguá - São Paulo, Capital - Projeto City Jaraguá Cód.0611303 outorgada pela Prefeitura do Município de São Paulo a Sirlene Sousa Trindade CPF: 306.***.***, determinando o CANCELAMENTO do correspondente Termo de Permissão de Uso;

b - **OUTORGAR**, por consequência, a referida permissão de uso do imóvel localizado na Rua José Galvez, 44 Bloco SO4 Apto 24 - Jaraguá - São Paulo, Capital - Projeto City Jaraguá Cód.0611303 a Flávio Alves de Souza CPF: 152.***.***, determinando a emissão do competente Termo de Permissão de Uso em seu nome.

Documento: [103768883](#) | Despacho deferido

6014.2024/0000594-0 - Comunicações Administrativas: Ofício

Despacho deferido

Interessados: Marlanya Lima Andrade

À vista dos elementos constantes em doc. 098581624 em especial a manifestação em doc. 103691182, devidamente acolhida pela Coordenadoria de Trabalho Social - CTS desta Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB que Decido com base na Portaria 141/2014 item 1, inciso 1.1, letra "a":

a - **REVOGAR** a permissão de uso do imóvel localizado na Av. General Daltro Filho, 220 Bloco 01 Apto 108 - Jabaquara - São Paulo, Capital - Projeto Operação Urbana Cód.1130118 outorgada pela Prefeitura do Município de São Paulo a Rene Aparecido Nunes Alves CPF: 312.***.***, determinando o CANCELAMENTO do correspondente Termo de Permissão de Uso;

b - **OUTORGAR**, por consequência, a referida permissão de uso do imóvel localizado na Av. General Daltro Filho, 220 Bloco 01 Apto 108 - Jabaquara - São Paulo, Capital - Projeto Operação Urbana Cód.1130118 a Marlanya Lima Andrade CPF: 371.***.***, determinando a emissão do competente Termo de Permissão de Uso em seu nome.

Documento: [103766278](#) | Despacho deferido

Despacho deferido

SEI Nº 6014.2024/0001711-5

Interessado(a): Maria das Graças Gomes CPF: 416 /Pedro Luís da Silva CPF 477***.***